

**As respostas das instituições sociais face às necessidades dos grupos de
pobreza - um estudo de caso**

Liliana Gonçalves dos Santos

*Dissertação apresentada à Escola Superior de Educação de Bragança para obtenção
do Grau de Mestre em Educação Social*

Orientado por

Professora Doutora Maria Nascimento Esteves Mateus

Bragança

2012

Agradecimentos

Agradeço à minha orientadora de dissertação, a Professora Doutora Maria Nascimento Mateus, pela disponibilidade, paciência e compreensão com que me acompanhou durante esta longa jornada.

Ao Professor Doutor Francisco Cordeiro Alves e à Professora Belisanda Cepeda Alves, pelo carinho e abertura com que me receberam na Associação Entre Famílias, para poder efetuar o presente estudo.

A todos os intervenientes que direta ao indiretamente estiveram envolvidos no presente estudo, e que fizeram com que este se tornasse exequível.

Resumo

O presente estudo intitulado as respostas das instituições sociais face às necessidades dos grupos de pobreza – um estudo de caso, tem como principal objetivo compreender quais os grupos de pobreza que recorrem à ajuda da Associação Entre Famílias de Bragança e as respostas que lhe são disponibilizadas.

Para se poder efetuar o presente trabalho, foi escolhida a Associação Entre Famílias de Bragança, instituição particular de solidariedade social, que atua no domínio da pobreza e exclusão social, e que auxilia os indivíduos que estejam numa situação de carência socioeconómica.

Neste sentido, o presente estudo partiu do problema será que as instituições de solidariedade social têm respostas de auxílio face às necessidades das pessoas ou grupos em situação de pobreza?.

Após uma revisão conceptual sobre o fenómeno da pobreza e a importância das instituições sociais, efetuou-se um estudo empírico, em que foi adotada uma metodologia de estudo de caso, enveredando-se por uma análise quantitativa e qualitativa. No estudo quantitativo participaram 50 indivíduos, 44 do sexo feminino e 6 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 90 anos de idade, e que ao dirigirem-se à instituição envolvida na investigação, estiveram disponíveis para ser inquiridos. O estudo qualitativo efetuou-se para corroborar e complementar os dados estatísticos, em que foi aplicada uma entrevista dirigida ao representante da Associação, procedendo-se à respetiva análise e conteúdo. Os instrumentos de recolha de dados elaborados para o presente estudo foram o inquérito por questionário e uma entrevista semi-diretiva.

Este estudo aponta algumas conclusões pertinentes, nomeadamente a tendência em haver uma recente classe de pobreza que se abeira das instituições sociais, os

designados ilustrados, além de reforçar o fenómeno de os desempregados serem um dos grupos mais fustigados pela necessidade de auxílio social. O estudo também realça o facto de grupos como sem-abrigo, minorias-étnicas e vítimas de discriminação social não serem as que mais se socorrem das respostas institucionais.

Não menos importante é o facto de este estudo indicar a necessidade de a instituição social estudada ter de se ajustar a novas respostas que vão de encontro às novas necessidades sociais.

Abstract

This study is based on the problem is that charities have adequate responses aid and assistance to requests that are targeted by people individually or in groups, in poverty? In order to make this work was chosen a private institution of social solidarity of Bragança, named Associação Entre Famílias, which works on the poverty field and social exclusion, trying to assist people who are in a situation of socio-economic deprivation.

Thus, this work has as main objective to understand what kind of people or groups in poverty looking for this association, and on have appropriate social services to aid these people.

Was adopted a quantitative and qualitative methodology, in which 50 subjects participated in the study, 44 woman 6 man, aged between 20 and 90 years old, and when driving up a private charitable institution social Bragança, were available to be interviewed. To corroborate and supplement the data obtained was applied an interview, addressed to the representative of an institution that serves this area. The data collection instruments developed for this study were the questionnaire and a interview semi-directive.

This study points out some relevant findings, including a tendency to be in a new class of poverty that require of social institutions, the designated illustrated, besides reinforcing the phenomenon of the unemployed are one of the groups most buffeted by the need for social assistance. It also the fact that groups such as the homeless, ethnic minorities, and victims of social discrimination are not the ones that most rely upon institutional responses.

No less important is the fact that the study indicate the need for charities fit new answers that will meet changing social needs.

Índice geral

Introdução.....	1
Capítulo I - Enquadramento teórico	
1. Pobreza e Sociedade.....	4
2. Definições de pobreza	5
2.1. A tradição Culturalista	6
2.2. A tradição Socioeconómica	7
2.3. Desenvolvimento de Conceitos recentes.....	7
3. Fatores explicativos da pobreza.....	9
4. Pobreza e Exclusão Social dois conceitos complementares.....	10
5. Grupos Vulneráveis à pobreza	12
5.1. Grupos com handicap específico	13
5.2. Grupos desqualificados.....	13
5.3. Grupos marginais.....	15
6. Tipificação dos pobres	15
6.1. Frágeis.....	15
6.2. Assistidos	16
6.3. Marginais	17
7. Papel das instituições de solidariedade social face às necessidades dos grupos de pobreza	19
8. Importância instituições sociais e organizações de terceiro setor no domínio da luta contra o desemprego e exclusão social.....	20
Capítulo II – Estudo empírico	
1. Caracterização institucional da Associação Entre Famílias.....	22

2. Metodologia.....	25
3. Seleção e obtenção da amostra	26
4. Instrumentos de recolha de dados	26
4.1. Inquérito por questionário.....	26
4.2. Entrevista	27
Capítulo III- Apresentação e análise de dados	
1. Análise dos dados do inquérito por questionário.....	29
2. Análise de conteúdo	46
Capítulo IV - Reflexão sobre os dados obtidos	50
Considerações Finais	56
Referências bibliográficas	59
Anexo 1 - Solicitação de autorização à instituição para elaboração do estudo	61
Anexo 2 - Inquérito por questionário	63
Anexo 3 - Guião da entrevista	66
Anexo 4 - Reportório Sumário de Casos (Sujeitos)	
Comportamento geral das variáveis	67
Anexo 5 - Análise de conteúdo.....	69

Índice de figuras

Figura 1 - Sexo dos respondentes.....	29
Figura 2 - Estado civil	31
Figura 3 - Relação parentesco do agregado familiar	33
Figura 4 - Idade dos elementos do agregado familiar	34
Figura 5 - Profissão do agregado familiar	35
Figura 6 - Nível rendimentos mensais do agregado familiar	36
Figura 7 - Tipo de apoio recebido	38
Figura 8 - Motivos da solicitação da ajuda institucional	39

Índice de tabelas

Tabela I - Serviços prestados pela Associação Entre Famílias	24
Tabela II - Idade dos sujeitos da amostra	30
Tabela III - Nacionalidade	30
Tabela IV - Níveis de escolaridade	32
Tabela V - N° elementos do agregado familiar	32
Tabela VI - Principal fonte de rendimentos nos últimos 12 meses	36
Tabela VII -Relação de rendimentos com despesas mensais do agregado familiar	37
Tabela VIII - Apoio por instituições particulares de solidariedade social (IPSS)	38
Tabela IX - Tempo de dependência das ajudas da instituição social apoiante.....	40
Tabela X - Estado civil vs Nível de rendimentos mensais do agregado familiar	41
Tabela XI - Idade vs Motivos de solicitação de ajuda de instituição social	43
Tabela XII - N° de elementos do agregado familiar vs tempo de dependência das ajudas da instituição social apoiante	44
Tabela XIII - Correlação entre fonte de rendimentos e tipo de apoio recebido	45
Tabela XIV - Síntese da análise de conteúdo.....	48

Introdução

A importância atribuída à escolha deste tema deveu-se ao facto de esta investigação poder vir a contribuir para melhorar o conhecimento sobre os fenómenos da pobreza que incidem fundamentalmente na cidade de Bragança.

Não obstante, existem poucos estudos sobre o tipo de pobreza que ocorre às instituições sociais bragançanas e da forma como estas têm respostas sociais adequadas para satisfazer as necessidades dos indivíduos que as procuram.

A dimensão da pobreza é verdadeiramente preocupante. Se se atentar a dados estatísticos europeus e nacionais, de acordo com a Rede Europeia Anti-Pobreza [EAPN] (2012), só no ano de 2011 perto de 23% da população europeia estava em risco de pobreza e/ou exclusão social, e Portugal registava nessa data 25,3% da sua população como estando igualmente numa situação de pobreza. Perante este fenómeno, tal como Sousa (2011) refere, é significativo e alarmante o facto de as instituições de solidariedade social estarem no limite da sua capacidade de satisfação dos pedidos solicitados pelas pessoas em situação de pobreza.

Nesse sentido, e a apenas visando-se uma estudo a nível local, o presente trabalho parte do problema será que as instituições de solidariedade social têm respostas de auxílio face às necessidades das pessoas ou grupos em situação de pobreza?. Tem como objetivo geral compreender quais os grupos de pobreza que recorrem à ajuda da Associação Entre Famílias de Bragança e as respostas que lhe são disponibilizadas, e, que vai de encontro à consecução dos seguintes objetivos específicos: identificar os motivos pelos quais estes grupos se dirigem à instituição solicitar uma ajuda; registar o tipo de pedido que é feito; e, verificar se a instituição tem respostas aos pedidos de ajuda recebidos, face às necessidades sociais da população que a procura.

Para tal irá ser feito num primeiro capítulo o enquadramento teórico, através de uma revisão da literatura sobre definições de pobreza, distinção entre pobreza e exclusão social, grupos vulneráveis à pobreza, tipos de pobreza e a importância das instituições de solidariedade social face a esta problemática. No segundo capítulo será feita uma análise contextual da instituição envolvida no estudo, evidenciando a sua missão e valores, campos de atuação e respostas prestadas, seguidamente, será apresentada a metodologia utilizada no presente estudo, a seleção e obtenção da amostra e os instrumentos de recolha de dados. O terceiro capítulo será destinado à apresentação dos dados obtidos através de uma investigação quantitativa e qualitativa efetuada, e num quarto capítulo será feita uma reflexão sobre os dados recolhidos, possíveis de triangular, conjugando-os com os objetivos definidos e a dimensão conceptual do presente estudo. Posteriormente, serão apresentadas as considerações finais, sendo apresentadas as principais conclusões do estudo e focando outras linhas de investigação futura.

Enquadrando este estudo na pertinência para a área da Educação Social, convém salientar-se que a pobreza é um dos fenómenos mais visíveis e complexos nas problemáticas sociais que um educador social pode encontrar na sua prática profissional.

Assim, cabe, de uma forma particular, aos educadores sociais compreender, analisar e refletir a sua atuação nos domínios da pobreza e das necessidades sociais atuais, criando condições que favoreçam a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos e que proporcionem ações equitativas. Como relembra Capul & Lemay (2003) estes profissionais devem prestar ajuda educativa a pessoas e a comunidades em situação considerada de risco, recorrendo a todos os meios que possam favorecer a evolução positiva dos indivíduos e dos grupos a seu cargo. No fundo compete aos educadores

sociais, coadjuvar na construção de uma linha de pensamento comum que ajude a combater os problemas como o da pobreza e da exclusão social.

Capítulo I- Enquadramento teórico

1. Pobreza e sociedade

Existem inúmeras definições e abordagens sobre a pobreza e o que ela significa. Desde estudos sobre as suas causas e consequências, fatores que a origem, políticas que a visam contornar, tudo converge para a clarificação da sua definição e compreensão.

O fenómeno da pobreza não é recente e ao longo da história sempre esteve presente. No seu estudo, Bruto da Costa (1998) apontou o facto de anteriormente a pobreza ser associada aqueles que eram incapazes de trabalhar, por doença ou deficiência, e que mercedores de todas as compaixões eram assistidos pela bondade e misericórdia de alguém. Aqueles que não tinham outra ajuda nem família, tinham como alternativa a vagabundagem a mendicidade. Assim, até à idade moderna, a pobreza existia como sinónimo de miséria, como se os pobres fossem um empecilho.

Atualmente, e de acordo com Capucha (2004) e Paugam (2003), os fenómenos da pobreza são mais amplos, e com um carácter bem mais preocupante. Os desempregados, os trabalhadores em situação precária, os pensionistas, as famílias monoparentais, fazem parte de um complexo que muitas vezes se funde com o fenómeno da pobreza. A constituição do Estado-providência e o seu papel regulador económico e de proteção social contribuiria para aliviar o sofrimento das pessoas e assegurar o acesso a bens e serviços como educação, saúde e apoio social. O seu objetivo seria erradicação da pobreza, através do crescimento económico, oferta de emprego, e melhoria dos padrões de vida. Contudo, por volta dos anos 70 a globalização, o fenómeno do envelhecimento, os níveis de emprego baixos, vieram declinar a sua vocação fundadora. A pobreza não só não ficou erradicada como também começou a crescer e a multiplicar-se, fruto do desemprego e de problemas de coesão

social. Hoje em dia, a nova economia assenta na capacidade de inovação e conhecimento, nas novas tecnologias informáticas, e na liberalização dos mercados financeiros, o que faz com os indivíduos fiquem rapidamente desqualificados e inadaptados, levando-os mais rapidamente a uma vulnerabilidade que os pode atirar para uma situação de exclusão social ou pobreza, dois conceitos distintos como se poderá constatar seguidamente.

Neste sentido, a situação atual leva a repensar sobre a postura da sociedade perante este fenómeno, e quais os organismos ou sistemas verdadeiramente interessados em combater este fenómeno.

2. Definições de pobreza

Numa tentativa de poder comumente definir pobreza, alguns autores indicam que esta é uma situação de privação em que existe a falta ou escassez de recursos (Bruto da Costa, 1998; Bruto da Costa et al., 2008; Rodrigues et al., 1999). A privação e a falta de recursos pode assumir conceções diferentes, pois para Bruto da Costa (1998) a pobreza pode-se definir pela “privação múltipla em diversas áreas de necessidades consideradas básicas, como alimentação, vestuário, condições habitacionais, transportes, comunicações, condições de trabalho, possibilidades de escolha, saúde e cuidados de saúde, educação, formação profissional, cultura, participação na vida social e política, etc” (p. 27), mas também pela falta de acesso aos sistemas sociais básicos, com sistemas económico, político, social e de saúde que leve o indivíduo a exercer o seu direito de cidadania. A relação destas privações e da falta de recursos aos sistemas sociais tem uma natureza causal, ou seja, uma privação pode influenciar a ocorrência das outras.

No âmbito das várias tentativas de definição de pobreza, recentemente Bruto da Costa et al. (2008) baseando-se num estudo de Paul Spicker, de 2007, explicitaram três categorias para a definir: a categoria que define pobreza pela necessidade material, a

que define pelas circunstâncias económicas e a que a define pelas relações sociais. A primeira categoria, defende que a pobreza é uma situação de privação de bens materiais considerados básicos, como alimentação, habitação entre outros, o que faz com que os indivíduos fiquem numa condição de carência, e em muitos casos de privação múltipla. A segunda categoria centra-se nas circunstâncias económicas, assim ser pobre é quem não tem a recursos económicos, acesso a bens e serviços e pertence a uma classe económica à margem do sistema produtivo. Por sua vez, a terceira categoria prende-se com as relações sociais, que determina a pobreza segundo a sua classe e estatuto social, pela dependência dos benefícios e apoios sociais e pela habilitação ou competências que o indivíduo adquire.

Assim, pobreza remete para um estatuto inferior presente em cada categoria, isto é, menos recursos, menos estatuto, menos rendimentos, menos habilitações e mais dependência dos serviços de apoio social (Bruto da Costa et al. 2008).

2.1. A tradição culturalista

A centralidade dos estudos sobre a pobreza conheceu algumas perspetivas e abordagens diferentes que pretendiam definir as suas implicações.

De acordo com Capucha (2004), Paugam (2003), e Rodrigues et al. (1999), a abordagem culturalista foi iniciada por volta dos anos 40, fruto dos estudos com famílias que viviam em áreas suburbanas, meios degradados e segregados onde se registava toxicodependência, crianças de rua e sem-abrigo. Esta abordagem define pobreza como a junção destes grupos desfavorecidos sob a forma de defesa contra o resto da sociedade. Assim, estes grupos formavam comunidades entre si, com uma grande intensidade de laços, estando segregados do contexto da sociedade em que viviam. Criavam entre si redes de relacionamento e fechavam-se, partilhando as

mesmas orientações de vida e a mesma identidade comunitária, facto que originava a cultura da pobreza, muito associada também à reprodução e ciclo da pobreza. Nos trabalhos de Oscar Lewis, de 1969, referência clássica nesta abordagem, é visível a definição da cultura da pobreza como sendo o reflexo da adaptação dos pobres à sua posição marginal, congregando um esforço para se protegerem entre si, o que permitia o aparecimento de uma subcultura da pobreza, uma vez que os valores e formas de defesa tendiam a passar de geração em geração.

2.2. A tradição socioeconómica

A perspetiva socioeconómica é abordada por Capucha (2004), Paugam (2003), Rodrigues et al. (1999) em que, estes autores, associam a pobreza à forma como estão distribuídos os poderes políticos e os recursos económicos numa sociedade. Assim, as pessoas pobres seriam aquelas cujos recursos são insuficientes para satisfazer as necessidades consideradas normais. A forma como as pessoas acedem aos padrões considerados básicos, depende da sociedade onde se inserem e da forma como esta considera os limiares da pobreza. Os defensores desta tradição, defendem que a causa da pobreza estaria nos constrangimentos estruturais e na falta de acesso, por exemplo ao mercado de trabalho e à instrução. Nesta linha de pensamento Bruto da Costa (1998) acrescenta que o problema da pobreza se deveria encontrar na sociedade e na forma como esta compreende este fenómeno, pois não seria suficiente atender às necessidades dos pobres, seria necessário mudanças sociais estruturais.

2.3. Desenvolvimento de conceitos recentes

Num artigo publicado, Rodrigues et al. (1999) referiu que a pobreza podia assumir vários contornos, nomeadamente: pobreza absoluta/relativa, pobreza

objetiva/subjetiva, pobreza tradicional/nova pobreza, pobreza rural/urbana, pobreza temporária/duradoira.

O primeiro contorno, pobreza absoluta, é associado ao conceito designado limiar de pobreza definido por Rowntree (1971, citado por Bruto da Costa et al., 2008) que o indica como a falta de recursos considerados básicos, e que entende a “despesa mínima necessária à manutenção de mera saúde física, ou seja à alimentação, à renda da casa e diversos domésticos (roupa, luz, combustível etc.) (p.32)”. O conceito do limiar da pobreza é, também, uma ferramenta científica para medir as necessidades e recursos que um indivíduo dispõe e daí considerar um padrão mínimo aceitável para se poder distinguir um pobre de não pobre. Por sua vez, pobreza relativa depende dos padrões sociais da sociedade em que o indivíduo se insere, isto é, só se considera pobre se não se conseguir atingir um padrão de vida, e participar em atividades que são habituais e normativos na sociedade à qual pertence (Bruto da Costa et al., 2008; Rodrigues et al., 1999).

A pobreza objetiva define-se pelo padrão de referência que a sociedade se baseia para definir pobreza, ou seja definições de investigadores e sociedade em geral, que normalmente utilizam definir pobreza. Por sua vez, a pobreza subjetiva depende das opiniões e juízos dos investigadores sociais, dos próprios pobres e da sociedade em geral. Estas duas dimensões de definição de pobreza detêm uma linha muito ténue uma vez que os atores que definem objetivamente a pobreza, também o fazem quase obrigatoriamente de forma subjetiva (Bruto da Costa et al., 2008; Rodrigues et al., 1999).

O terceiro contorno diz respeito à diferença entre pobreza tradicional e nova pobreza. Para Rodrigues et al. (1999) a pobreza tradicional é muito associada ao padrão de miséria e de falta de recursos básicos, enquanto que a nova pobreza está intimamente

associada ao desemprego e à precariedade do emprego que se vive, devido aos efeitos do seu sistema produtivo.

Relativamente à pobreza rural, Rodrigues et al., (1999) refere a escassez de recursos, resultado da baixa produtividade agrícola e a dificuldade de acesso a bens e serviços a que o mundo rural está vetado. A pobreza urbana associa-se aos problemas que a urbanização acarretou como desemprego, segregação social, toxicod dependência, alcoolismo e discriminação social.

Finalmente, o conceito de pobreza temporária/duradoura, definida por Rodrigues et al., (1999) remete para o facto de que na pobreza temporária os indivíduos apenas ficam na pobreza um determinado período de tempo, ao contrário das situações de pobreza de carácter duradouro que indicam o processo cíclico de reprodução de pobreza, isto é, e também de acordo com a visão de Bruto da Costa (1998) a transmissão de uma geração para outra, fazendo com que haja a persistência da pobreza, ou seja, o fenómeno persiste nas sociedades, independentemente das medidas que pretendem combatê-la ou atenuá-la.

3. Fatores explicativos da pobreza

Quando se fala de pobreza, as atenções concentram-se nos excluídos e nos pobres, nas suas condições precárias e na sua vida de humilhação e castração. Contudo, Bruto da Costa (1998) refere uma ideia um pouco mais abrangente e de natureza macro em que:

“Os fatores explicativos da pobreza e da exclusão se devem procurar na sociedade: no modo como a sociedade se encontra organizada e funciona, no estilo de vida e na cultura dominantes, na estrutura de poder (político, económico, social e cultural) - tudo fatores que se traduzem em

mecanismos sociais que geram e perpetuam a pobreza e a exclusão”
(p.39).

Deste modo, os fatores explicativos da pobreza devem ser entendidos como fenómenos sociais, cujas causas se encontram na sociedade e só através de mudanças sociais é que será possível uma solução. A forma como a sociedade entende a pobreza condiciona fortemente o modo como esta encontra políticas adequadas para a combater.

A este respeito Capucha (2004) acrescenta que existem, a nível societal, fatores objetivos e subjetivos que explicam a pobreza. Os fatores objetivos dizem respeito às dinâmicas de emprego, ao funcionamento do sistema de ensino, formação, saúde e proteção social, à oferta de equipamentos e serviços de proximidade. Os fatores subjetivos referem-se às configurações sociais e sistemas de valores e a forma como a sociedade responde às necessidades dos grupos desfavorecidos. O autor refere ainda, no seu quadro explicativo, que as pessoas e os seus contextos podem indicar fatores explicativos da pobreza, como quando existe a acomodação, a falta de iniciativas e de motivação, o desemprego, a auto-imagem desvalorizada, a má organização familiar, e a pertença a círculos de reprodução de pobreza, entre outros.

Também Hespanha et al. (2000) referem o isolamento social como possível fator de pobreza, salientando que este é mais grave num contexto urbano, onde as famílias se vêm mais desprovidas de redes sociais e onde frequentemente se encontram mais marginalizadas.

4. Pobreza e exclusão social – dois conceitos complementares

De acordo com Bruto da Costa et al. (2008) o termo pobreza e exclusão social vieram a ser utilizados, até meados 1980, como conceitos paralelos, quando se abordava problemas respeitantes grupos sociais desfavorecidos. Contudo, segundo a sua visão,

pobreza e exclusão social são conceitos distintos, mas complementares em que a pobreza representa uma forma de exclusão social. A exclusão social é um fenómeno mais amplo, é um processo de rutura ou várias rupturas com o conjunto de sistemas sociais, que sinteticamente se podem resumir em:

- Laços sociais: rutura com os familiares, os amigos e os vizinhos;
- Sistema económico: com a rutura do vínculo ao mercado de trabalho e a perda de emprego, do acesso à educação, aos bens e serviços, e aos serviços de saúde;
- Domínio territorial: desintegração do espaço em que os indivíduos se inserem, em que determinados grupos formam zonas de excluídos (e.g. bairros de lata);
- Sistema institucional: rutura com o sistema de justiça, apoio social, cultura e lazer;
- Sistema simbólico: rutura com o padrão de referências identitárias e construção de memórias individuais ou coletivas.

Para Bruto da Costa (1998), Bruto da Costa et al. (2008), e Rodrigues et al. (1999) a noção de exclusão social abrange a noção de pobreza e inclui outras dimensões caracterizadas por rupturas de relações sociais. A noção de exclusão social aponta para o facto de o indivíduo ter uma rutura com pelo menos um destes sistemas, podendo ser um processo em que a rutura com um deles cause a rutura sucessiva com outros. Assim, em função das rupturas que o indivíduo tenha perante os sistemas sociais, surge a noção de graus de exclusão, que são considerados mais severos quanto mais excluído o indivíduo estiver destes sistemas. A forma extrema da exclusão é quando um indivíduo entra em rutura com todos os sistemas sociais. Neste sentido, a pobreza é uma forma de exclusão, uma vez que um indivíduo em situação de pobreza é excluído de alguns destes sistemas. Acresce ainda que, não existe pobreza sem exclusão social, pois pobreza implica sempre algum dos sistemas acima referidos, principalmente o sistema

económico. Mas, evidentemente, existem formas de exclusão social que não implicam pobreza (e.g. os imigrantes sentirem-se excluídos por não se integrem nas referências identitárias no país que os acolhe).

Por isso, a este respeito Bruto da Costa (1998) introduz a noção de que “não se trata apenas de exclusão social, mas sim exclusões sociais” (p.22), uma vez que a exclusão pode ser verificada em vários sistemas sociais, e, embora relacionados entre si, podem ter leituras distintas. Note-se que as formas de exclusão social podem ser causa e podem ser consequência de outras formas de exclusão e de pobreza, assim, uma família que comece a ter problemas habitacionais, pode começar a ter problemas relacionais e o desemprego pode acarretar um corte no acesso à formação e à não inserção na escola.

Para Pereirinha (1996, citado em Capucha, 2008) também a distinção entre pobreza e exclusão social assenta no facto de a pobreza dizer respeito “aos aspetos distributivos da organização social, originando situações de escassez de recursos materiais, ao passo que a exclusão social se poderá referir aos aspetos relacionais e aos mecanismos da integração e desintegração social” (p.98).

Assim pobreza e exclusão social complementam-se, mas não são sinónimos.

5. Grupos vulneráveis à pobreza

Os grupos sujeitos à pobreza constituem um dos eixos fundamentais do presente estudo. Importa, por isso, definir e compreender aqueles que se consideram relativamente importantes.

A expressão grupos vulneráveis ou categorias sociais vulneráveis à pobreza, tem, segundo Capucha (2004), em comum o facto de agregar pessoas que são mais suscetíveis de ser afetadas pela pobreza e/ou exclusão social. Estas categorias

combinam dentro de si problemas ligados às competências possuídas, oportunidades oferecidas e problemas ligados à orientação cultural e relacional.

Para este autor existem alguns tipos de categorias sociais que define como sendo vulneráveis à pobreza: grupos com handicap específico, grupos desqualificados, e grupos marginais. Não utilizando a mesma terminologia, também Bruto da Costa, na sua obra “exclusões sociais“ de 1998, se refere a estes grupos.

5.1. Grupos com handicap específico

Este grupo inclui pessoas com deficiência física e mental, com doenças crónicas, e trabalhadores imigrantes. Estes indivíduos estão limitados na sua participação social e são frequentemente alvo de discriminação. Os imigrantes experimentam muitas vezes conflitos culturais e são alvo de discriminação na oportunidade ao emprego (Capucha, 2004). A este respeito Bruto da Costa (1998) acrescenta que o problema das minorias étnico-culturais já não é novo, e desde sempre em Portugal e na Europa, houve dificuldade na inclusão das minorias étnicas. Deste modo, os imigrantes são vistos como rivais que vêm aceitar salários inferiores e fazer trabalhos indesejados, contudo, estas minorias padecem de vários tipos de exclusão social, como a pobreza (por falta de recursos), a exclusão territorial (e.g. muitas vezes vivem em bairros isolados) e problemas culturais (falta de convívio entre culturas).

5.2. Grupos desqualificados

Relativamente a este grupo, Capucha (2004) definiu-o como o conjunto de pessoas que têm baixos níveis de participal social devido à sua baixa instrução escolar e qualificação profissional. A desqualificação em que se encontram não lhes permite ter

acesso à formação, a rendimentos, nem a apoio social, e normalmente caracterizam-se por serem trabalhadores desqualificados e desempregados de longa duração.

Para Capucha (2004) e também Bruto da Costa (1998) os trabalhadores desqualificados estão mais sujeitos à pobreza na medida em que estão mais expostos ao trabalho precário ou perdem os seus empregos, fruto da substituição da mão-de-obra pouco qualificada por processos mais competitivos. Quanto menores as qualificações, menores as oportunidades e maior o risco de exclusão profissional. O emprego, além de gerador de rendimentos, é um mecanismo de inserção social e de criação de laços relacionais. Assim, todas as pessoas que experimentam uma situação de desemprego de longa duração tendem a perder aptidões profissionais e relações sociais, bem como, a gerar perturbações psicológicas e muito provavelmente disfunções familiares.

A par disso, Capucha (2004) acrescenta que nos grupos desqualificados se encontram também as famílias monoparentais, que são fortemente afetadas pela pobreza. A descontinuidade do emprego e a sobrecarga a que estão sujeitas, faz com que possam estar mais limitadas no acesso aos vários sistemas sociais, nomeadamente as mulheres.

Também, merecem uma consideração especial, os idosos, sendo um grupo muito vulnerável à pobreza e à exclusão social, uma vez o que o envelhecimento, provoca perda de autonomia e perda de papéis sociais. O envelhecimento da população, que tem vindo a crescer a um passo galopante, o facto de a maioria dos idosos dependerem dos apoios sociais, por regra muito baixos, e a litoralização, veio fazer com que estes ficassem mais isolados e desprotegidos.

5.3. Grupos marginais

O grupo dos marginais reúne, segundo Capucha (2004) e Bruto da Costa (1998), o conjunto de pessoas que se caracterizam por um modo de vida inadaptado às normas sociais e são fortemente atingidos pela exclusão social grave, estigmatização e rutura social. São exemplo o caso dos sem-abrigo, dos toxicodependentes, e ex-toxicodependentes, dos ex-reclusos, e outros grupos marginais, que geralmente detêm um corte nas relações sociais e são frequentemente estigmatizados pela sociedade. Esta categoria, principalmente de sexo masculino, maioritariamente solteiros, muitas vezes é a extensão da pobreza da família e dos fracos recursos financeiros e desequilíbrios familiares da mesma. Geralmente detêm fraca escolaridade e as trajetórias são semelhantes.

6. Tipificação dos pobres

Das inúmeras estratificações possíveis sobre pobreza e das suas tipologias, o presente estudo apenas focará a tipificação apontada por Paugam (2003) cuja análise é abrangente e minuciosa.

Para este autor as diferentes experiências vividas pelos sujeitos em situação de pobreza classificam-se em três grupos: os frágeis, os assistidos e os marginais.

6.1. Frágeis

No grupo dos frágeis Paugam (2003) aglutina as pessoas que se caracterizam “por uma precariedade económica ligada, na maioria dos casos, a estatutos jurídicos inferiorizados: os estágios de formação; empregos temporários ou pequenos trabalhos ocasionais desemprego” (p.51). Os frágeis apenas beneficiam de uma intervenção social pontual, ou seja, os serviços de ação social são apenas utilizados em situações limite, e

estas pessoas sentem algum receio e ansiedade ao reclamar a ajuda social. Este grupo começa a sentir a sua dignidade afetada e experimenta um sentimento de humilhação quando tem de se dirigir a pedir o auxílio dos serviços de ação social.

Geralmente, foram indivíduos com algum grau de conforto no seu estatuto socioeconómico, e que presentemente, por causa do desemprego, experienciam uma situação de inferioridade social. A desqualificação social e os constrangimentos pelo recurso aos serviços de ação social causam um certo distanciamento em relação aos profissionais sociais.

Esta categoria tende a permanecer numa situação temporária, embora que por vezes longa, dependendo de como cada um encara a sua situação. Existem frágeis que assumem a sua fragilidade e interiorizam-na (fragilidade interiorizada), consideram-se um fracasso social e começam a encarar suas hipóteses de o ultrapassar mais restritas ou quase nulas. Existem, também, outros frágeis que, tendencialmente mais novos, elaboram os seus projetos de vida, e adotam um comportamento de procura ativa de emprego ou de colocação profissional (fragilidade negociada), e tentam avaliar a sua situação como uma fase transitória.

6.2. Assistidos

No que respeita ao grupo dos assistidos Paugam (2003) agrupou as pessoas que beneficiam de uma ajuda contínua dos serviços de ação social. Trata-se de indivíduos que experienciam uma carreira de assistidos ou mais especificamente, uma trajetória que podem assumir.

Dentro desta carreira de assistidos existem aqueles que pertencem à categoria da:

- Assistência diferida: semelhante aos frágeis, esta assistência caracteriza-se por uma forte motivação, por parte dos indivíduos, para o emprego e por uma recusa no acompanhamento social regular;

- Assistência instalada: fraca motivação para a procura de emprego e inserção social e profissional. Caracterizam-se por terem pouca formação e não se atualizarem no processo formativo. Aceitam o seu estatuto de assistidos e encaram alguns subsídios como uma maneira normal e útil de sobrevivência, não se consideram ter um estatuto inferior, antes uma forma de racionalização;

- Assistência reivindicada: estes indivíduos têm uma forte dependência dos serviços de ação social, não têm motivação alguma para a sua inserção social e profissional. Habitam-se ao fim de várias experiências, à presença regular dos profissionais de trabalho social e chega mesmo haver o nascimento de conflitos com estes profissionais caso o seu pedido não seja satisfeito. Consideram que os serviços e os profissionais têm de estar abertamente disponíveis para canalizar subsídios e outros recursos.

Assim estas três formas de carreiras dos assistidos têm uma íntima ligação, uma vez que, um indivíduo pode começar na assistência diferida e terminar na reivindicada.

6.3. Marginais

Finalmente, Paugam (2003) caracteriza o grupo dos marginais como sendo um grupo que assinala a completa inexistência de rendimentos, quer dos serviços de ação social, quer provenientes do emprego. São pessoas que se caracterizam por diversos fracassos e com um histórico de dificuldades quer económicas quer relacionais. Comummente são de meios sociais desfavorecidos e as problemáticas sociais e familiares são mais acentuadas. Integram-se mal socialmente e possuem uma baixa qualificação profissional. A instabilidade profissional é muito comum e, em certos

casos, existe tráfico de droga e outras práticas socialmente repreensíveis. O desacato às normas sociais e a delinquência faz parte integrante deste modo de vida. A estigmatização por parte da sociedade é frequente, e como nos refere o autor: “entregues à sua sorte, sem força de vontade, tornam-se insensíveis aos juízos dos outros e encerram-se, cada vez mais, num mundo reduzido, reconstruído segundo as suas normas” (p.105).

A caracterização dos marginais, segundo a ótica de Paugam (2003), atende a um tipo de pessoas com comportamentos de desprezo pelas normas estabelecidas, não têm hábitos de higiene, uma vez que, muitos deles habitam em lixeiras e barracas. Os problemas de alcoolismo e da droga, estão muito presentes, bem como o desleixo completo das suas rotinas e perspetivas de vida.

Encontram-se dois tipos de marginalidade na teoria de Paugam (2003): a marginalidade conjurada e a marginalidade organizada. Na primeira alguns grupos tentam encontrar o equilíbrio para juntos resistirem ao dissabor da reprovação social e expressam uma vontade para sair desta situação, através da sua reinserção num contexto profissional ou de reabilitação de saúde (grupo dos alcoólicos anónimos, desintoxicação etc.). A segunda refere-se aos marginais nómadas que frequentemente andam de local em local ao sabor das oportunidades de ganhar um pequeno sustento ou ensaiar formas de vandalização. Por vezes, instalam-se em rulotes ou caravanas e criam um pequeno gueto. Muitos optam pela mendicidade, outros precisam de se inscrever em instituições de caridade, contudo este tipo de grupo negocea a sua fragilidade e aceita a desqualificação social.

7. Papel das instituições de solidariedade social face às necessidades dos grupos de pobreza

No presente estudo importa abordar o papel das instituições sociais perante as necessidades a que têm de responder.

Atendendo ao contexto atual Português o papel das instituições de solidariedade social (IPSS) reveste-se de uma importância fundamental.

Através do estudo de Sousa (2011) pode-se verificar que a partir de 1995 as IPSS assumiram um papel fulcral não só ao nível da satisfação das necessidades sociais da população, mas também, uma importância direta na economia portuguesa.

A atuação das IPSS situa-se ao nível das respostas sociais específicas para um grupo de destinatários como idosos, crianças, pessoas dependentes e famílias carenciadas. Para Sousa (2001) “serviços como creche, jardim-de-infância, centro de atividades de tempos livres, centro de dia para idosos e dependentes, serviço de apoio domiciliário a idosos e dependentes, lar de idosos, ou unidades de cuidados continuados” (p.19) são os tipos de respostas que as IPSS dispõem. Além destas, existem outras igualmente importantes, como atendimento social, disponibilização de roupas, géneros e participação em despesas familiares (e.g. água, luz, gás, renda de casa, etc.), refeitórios social, alojamento temporário, transporte de crianças ou idosos, entre outras (Sousa, 2011).

De acordo com o mesmo autor, num contexto de crise económica e social, face às respostas sociais existentes, são emergentes novas necessidades sociais que respondam às solicitações dos indivíduos. A violência, o desemprego, as dificuldades financeiras, o risco social dos idosos, são necessidades recentemente apresentadas, e que geram a necessidade de encontrar novas respostas sociais e novas formas de atuação das IPSS.

A evolução das necessidades sociais incide, segundo o mesmo autor, nas dificuldades financeiras das famílias (um aumento de 85% em 2010) e no crescente endividamento das mesmas. Igualmente existe uma tendência para um aumento das situações de pobreza e pobreza envergonhada (Sousa, 2011).

Na linha de pensamento do autor, as IPSS veem-se obrigadas a responder de forma adicional às solicitações, uma vez que, as respostas convencionais já não são suficientes para as necessidades que chegam às instituições. Muitas têm de aumentar o leque da sua resposta, outras são obrigadas a diversificar a forma de captação de apoio financeiro e a estabelecer protocolos de cooperação com outras entidades para economizarem em recursos humanos e matérias. Sendo que a forma de financiamento das IPSS, provêm essencialmente do Estado, cada vez mais é necessário diversificar a formas de financiamento, para poderem dar uma resposta adequada às solicitações emergentes (Sousa, 2011).

8. Importância instituições sociais e organizações de terceiro setor no domínio da luta contra o desemprego e exclusão social

Para Quintão (2004) as instituições de solidariedade social juntamente com cooperativas, mutualidades, sindicatos, fundações e outras organizações, são, desde o final da década de 90, consideradas organizações de Terceiro Setor. Estas organizações produzem bens e serviços em prol da comunidade envolvente, não tendo fins lucrativos, e tendo como objetivo atenuar o problema da desigualdade social, da luta contra a pobreza e exclusão social, a congruência de esforços para criar respostas às necessidades sociais, baseando-se no conceito de filantropia e ações caritativas.

Na viragem do século XIX em França, no Reino Unido, na Bélgica foi imprescindível o reconhecimento da sua intervenção face às situações de carência e de

assistencialismo. Desta forma, se estas organizações eram inicialmente fundadas a título particular e patrocinadas por mecenas, após o surgimento do Estado-Providência ficaram a ser regulamentadas por este, controlando a maior parte da sua atividade de ação social. Assim, as organizações de terceiro setor, se por um lado receberam e continuam a ter o apoio do Estado, por outro viram-se e vêm-se limitadas na sua atividade de expansão solidária e caritativa.

As instituições de terceiro setor adotaram, nos anos 70, o conceito de economia social que foi definido por Gide (1900, citado por Quintão, 2004) como o “espaço de atividade económica, ou seja, como sistema de produção material de bens e serviços, intermédio entre o Estado, o Mercado e a economia familiar e domestica” (p.7), o que explica que sejam consideradas agentes económicos, integrados numa lógica de economia redistributiva e com apoios diversos. Contudo, atualmente com a conjuntura económica, as organizações do terceiro setor não conseguem satisfazer todas as necessidades sociais e torna-se precária a sua autonomia e sustentabilidade.

As organizações do terceiro setor revestem-se de importância a nível económico porque produzem bens e serviços na área da proteção social, saúde, educação, inserção profissional e social e serviços de proximidade, geram emprego e coadjuvam com o Estado na satisfação das necessidades sociais mais prementes.

Capítulo II – Estudo empírico

1. Caracterização institucional da Associação Entre Famílias

A importância da escolha desta instituição para integrar o presente estudo deve-se ao facto de esta ter um campo de atuação muito vocacionado para as questões de pobreza e exclusão social, oferecendo respostas que vão de encontro à satisfação das necessidades do público que a procura. Além disso, a vantagem geográfica e a ligação profissional, contribuíram fortemente para a sua integração nesta investigação.

Neste sentido, importa caracterizar de forma breve e sucinta esta instituição, de forma a poder elucidar sobre a sua composição, objetivos e serviços prestados.

De acordo com os dados dos documentos estatutários da Associação Entre Famílias-Bragança [AEFB] (2009) esta é uma instituição particular de solidariedade social que se situa na Rua Emídio Navarro, S/N (Traseira Igreja N.ª Sra. das Graças) em Bragança e foi fundada em 24 de Junho de 2009. É constituída por órgãos de gestão tais como Assembleia Geral, Direção e Conselho Fiscal, agrega uma Equipa Técnica composta por três elementos (Educadora Social, Socióloga e Psicóloga) e detém um grupo de voluntários especializados em diversas áreas, como Educação, Gerontologia, Psicologia. Tem, também, 15 voluntários que participam pontualmente nos eventos da Associação.

A Associação Entre Famílias tem como principal missão apoiar, defender e promover a família e a vida humana, desde a concepção à morte natural, cooperando com os serviços públicos competentes ou instituições particulares, em espírito de solidariedade humana, cristã e social. Fazem parte dos seus objetivos: promover atividades de apoio às famílias, sobretudo as mais carenciadas; combater a pobreza e à exclusão social; participar na formação integral dos jovens e das famílias; organizar e promover conferências, debates e outras atividades de formação familiar, bem como

formação profissional, e procurar a colaboração de voluntários e pessoas dotadas de aptidões adequadas para a mútua.

Os seus destinatários são famílias carenciadas ou em risco social; desempregados, idosos sem retaguarda familiar, pessoas em risco de segregação social.

A sua atuação é prioritária na satisfação das necessidades primárias das famílias avaliadas como carenciadas, através da distribuição de bens de primeira necessidade; na disponibilização de roupas, calçados, brinquedos, livros e outros materiais, ajudando a equilibrar o orçamento económico das famílias; no encaminhamento das famílias para organismos competentes, nas áreas de educação, formação, emprego e saúde para garantir a sua integração social; no acompanhamento e na integração de algumas famílias, no que respeita à sua inserção profissional e formativa; na promoção de ateliês pedagógicos e ocupacionais, com o objetivo da promoção da autonomia e capacidades interpessoais dos clientes envolvidos; na implementação de atividades formativas e de sensibilização, no que respeita a temáticas da vida familiar, nomeadamente gestão doméstica, gestão do orçamento e disfunções familiares; e também na oferta de enxovais e outros apetrechos a grávidas e puérperas desfavorecidas, e na valorização da dimensão religiosa e cristã.

Apesar de não haver um estudo efetuado nesse sentido, a Associação Entre Famílias, e conforme o referenciado no plano de ação de 2011, constitui-se como uma instituição de suporte social à comunidade envolvente. Ao longo de todo o trabalho desenvolvido, e analisando os relatórios anuais da mesma, são visíveis melhorias nos hábitos de vida dos clientes, nomeadamente a inserção profissional e formativa de algumas famílias, a melhoria no equilíbrio do orçamento familiar, uma vez que são ofertados bens alimentares, roupas, livros, enxovais e outros materiais considerados indispensáveis. De referir também, que os clientes que frequentam o ateliê pedagógico

têm criado laços de amizade e têm reabilitado as suas capacidades de trabalho, socialização e autonomia.

No sentido de se poder perceber o tipo de serviços prestados, através do plano de ação de 2011 da AEFB, podem ser apresentadas os vários tipos de respostas e os seus respetivos destinatários.

Tabela I – Serviços prestados pela Associação Entre Famílias

Serviços Prestados/Valências	N.º Clientes ¹	Destinatários
Atendimento/Acompanhamento social	25	Famílias carenciadas, comunidade imigrante, famílias em risco de exclusão social.
Ateliê pedagógico	20	Desempregados de longa duração, Treino de competências sociais e relacionais.
Feirinha solidária - Disponibilização de roupas, calçado e brinquedos.	30	Famílias carenciadas e comunidade em geral.
Distribuição de bens alimentares de primeira necessidade	80	Famílias carenciadas, grávidas socialmente desfavorecidas e comunidade imigrante.
Apoio à Vida	13	Mães grávidas e puérperas socialmente desfavorecidas.
Projeto “Um Brilhar de Oportunidades” - ajuda na procura ativa de emprego, e estabelecimento de protocolos com empresas.	18	Desempregados de longa duração.
Projeto “Preciso de um Sorriso” – Disponibilização de serviços de gerontologia e apoio social	10	Idosos.

Finalmente, a dinâmica desta Associação também envolve outras atividades formativas, nomeadamente, ações de formação para associados, clientes e comunidade em geral, também a organização de atividades de angariação de fundos, tais como feiras solidárias no exterior, concertos e vendas solidárias, em prol da sustentabilidade dos serviços prestados, e a participação em projetos de cariz social, promovidos por outras instituições.

¹ Os clientes que usufruem de um serviço podem simultaneamente usufruir de outro.

2. Metodologia

No presente estudo a metodologia adotada foi um estudo de caso, uma vez que se pretende estudar um determinado fenómeno numa população específica e peculiar.

Neste sentido, ao pretender-se estudar os grupos que acorrem à ajuda de uma instituição social em concreto, Associação Entre Famílias, e as respostas disponibilizadas face às necessidades apresentadas, a metodologia mais adequada perante o objetivo do presente estudo foi um estudo de caso, que Mateus (2001) define como:

“Um estudo pormenorizado de uma situação bem definida, em que cada caso, embora semelhante a outros, tem sempre carácter único que forma uma unidade dentro de um sistema, residindo o interesse do estudo no que ele apresenta singular. Pode não ser representativo de um universo determinado e o seu interesse pode não ser a generalização, mas será o da investigação sistemática de uma situação específica (p.252).”

Para tal, foi adotada uma análise quantitativa e qualitativa. A nível quantitativo as variáveis foram analisadas descritivamente, sendo calculadas as suas frequências e percentagens. Enveredou-se por uma análise descritivo-frequencial e também por uma análise com dimensão inferencial, possibilitando o cruzamento de diversos dados dos respondentes, e encontrar alguma correlação bilateral consistente que aproxime as posições/respostas dos mesmos.

A nível qualitativo as questões abertas foram analisadas utilizando o processo de análise de conteúdo, descrevendo as categorias, subcategorias, indicadores dessas subcategorias e a frequência da ocorrência desses indicadores.

A escolha desta metodologia foi cuidadosamente escolhida para que se pudesse efetuar a triangulação técnica, procurando encontrar uma convergência ou confirmação

de dados a partir da análise do questionário e da entrevista, duas fontes distintas, que, apesar de duas, viabilizam, na ótica de Bolivar et al. (2011), a utilização desta triangulação.

3. Seleção e obtenção da amostra

Num universo de 236 clientes que acorrem à ajuda da Associação Entre Famílias, foi constituída uma amostra de conveniência de 50 indivíduos, dos quais 44 eram do sexo feminino e 6 do sexo masculino, com idades compreendidas entre os 20 e os 90 anos.

Para se poder efetuar este estudo foi dirigido um pedido de autorização por escrito ao Presidente da Direção da Associação Entre Famílias, ao qual se obteve resposta afirmativa (ver anexo1).

4. Instrumentos de recolha de dados

Os instrumentos de recolha de dados escolhidos, para o presente estudo, foram o inquérito por questionário e a entrevista. É de referir que os objetivos do questionário e da entrevista vão de encontro ao problema apresentado no presente estudo, bem como aos objetivos formulados.

4.1. Inquérito por questionário

Objetivando-se a recolha dos dados empíricos do presente estudo, com base na literatura relevante, elaborou-se um questionário (ver anexo 2) que se encontra estruturado de acordo com a seguinte sequência itémica:

- Grupo I: Caraterização sociodemográfica do inquirido;
- Grupo II: Caraterização socioeconómica do inquirido e seu agregado familiar;

- Grupo III: Dados de opinião do inquirido.

Constituindo uma versão primeira do questionário, e para que a linguagem e matéria dos itens do mesmo não oferecesse ambiguidades aos respondentes, com base nas orientações de Huberman e Miles (1991), através da fórmula coeficiente de fiabilidade ($CF = NA / (NA+ND)$) submeteu-se o questionário à análise de dois juízes. Apurou-se 1 desacordo (D), face à formulação original, e 12 acordos (A). Desta forma, conseguiu-se um coeficiente de fiabilidade de 0,921%, (CF no conjunto dos dois Juízes: $0,843+1,00 = 1,843/2 = 0,921$).

Este resultado é francamente aceitável para viabilizar a aplicação do referido questionário, pois, bastaria um coeficiente de 0,70% para obter a validação de tal instrumento de dados.

Como, a partir da análise dos juízes, se verificou que o item “idade” poderia enfermar de alguma falta de clareza para os respondentes, formulou-se de forma mais precisa, na sequência das notas deixadas por tais analistas. Assim, a sua versão final ficou com escalonamento de idades de dez em dez anos.

A aplicação do questionário decorreu na sede da Associação Entre Famílias, na primeira quinzena de Outubro do presente ano, sendo fornecido às pessoas que se dirigiam à Associação e estavam disponíveis para responder.

4.2. Entrevista

Para corroborar e complementar os dados obtidos da investigação quantitativa, tornou-se fundamental realizar uma entrevista a um elemento representante da instituição envolvida no estudo. Atendendo à importância da sua representatividade foi entrevistado o Presidente da Direção da Associação Entre Famílias.

Sabendo da importância de uma entrevista para melhor analisar as objeções relativas ao tema em análise, optou-se pela entrevista semi-diretiva, apontada por Gunther (2006) como preferível para um estudo de natureza qualitativa.

Para tal, elaborou-se, como suporte da mesma, um guião em que, essencialmente, os seus blocos temáticos incidiram nos grupos de pobreza, tipo dos pedidos de ajuda; respostas/valências que são prestadas; desadequação entre pedido solicitado e resposta; e se anotaram os seus objetivos gerais e específicos, de acordo com o problema apresentado neste trabalho, destinatários, bem como, assim como o formulário das perguntas (ver anexo 3).

A entrevista foi aplicada na penúltima semana de Outubro do presente ano, sendo gravada e posteriormente transcrita na sua totalidade.

Capítulo III- Apresentação e análise de dados

1. Análise dos dados do inquérito por questionário

Com base nas operações levadas a efeito pelo Programa SPSS 20.0, ao qual se submeteram as posições dos 50 sujeitos da amostra de conveniência do presente estudo, expressas no questionário para o efeito elaborado, serão apresentados e analisados os dados relativos aos diferentes casos, utilizando as funções estatísticas adequadas que o programa aludido faculta. Destas, inicialmente, servirão para efetuar uma análise descritivo-frequencial.

Assim, e em primeiro lugar, extraiu-se o relatório global do comportamento das variáveis (itens), num total de 16, referidas a uma amostra N (50), com a média geral dos respetivos valores, bem como do DP (desvio Padrão), como poderá observar-se no anexo 4.

Passando à especificidade, tipifica-se, à entrada desta apresentação e análise de dados, a variável sexo, em que, conforme a visualização gráfica, a predominância de respondentes é ocupada pelo género feminino:

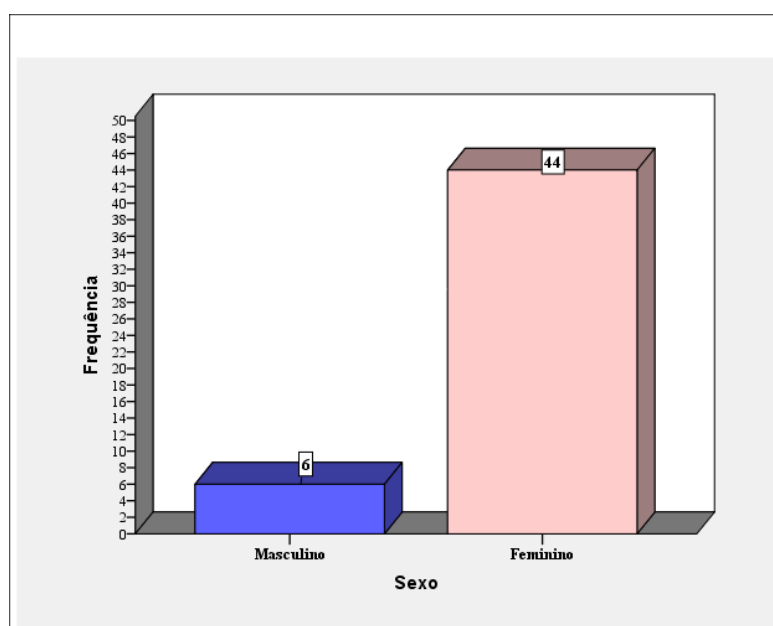


Figura 1 - Sexo dos respondentes

Sendo maioritária a presença de mulheres (44) face aos homens (6), nota-se que, o género feminino recorre mais à solicitação dos apoios sociais. A presença feminina é reveladora, ainda que tal seja para o simples preenchimento solicitado de um questionário.

Tabela II - Idade dos sujeitos da amostra

IDADE		Frequência	%	% válida	% Acumulada
Classes	20 a 30	11	22,0	22,0	22,0
	31 a 40	19	38,0	38,0	60,0
	41 a 50	7	14,0	14,0	74,0
	51 a 60	4	8,0	8,0	82,0
	61 a 70	7	14,0	14,0	96,0
	81 a 90	2	4,0	4,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Quanto à idade dos respondentes, poder-se-á verificar o seu enquadramento pela tabela I, onde é possível constatar que a classe etária predominante (19 sujeitos) se situa entre 31 a 40 anos, ficando já bem distanciada a classe que abrange os sujeitos de 20 a 30 anos. Aliás, é interessante observar que as classes etárias a partir dos 41 anos não constituem, no seu conjunto, a maioria dos respondentes neste estudo.

Tabela III – Nacionalidade

Nacionalidade		Frequência	%	% válida	% acumulada
Países	Portuguesa	40	80,0	80,0	80,0
	Ucraniana	1	2,0	2,0	82,0
	Brasileira	6	12,0	12,0	94,0
	São-tomense	2	4,0	4,0	98,0
	Outra	1	2,0	2,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Relativamente à Nacionalidade, de longe fica destacada a Portuguesa, como seria de esperar e se observa pelo registo da tabela II. De resto, só o Brasil chama a atenção, enquanto segundo país representado nas respostas (6) ao questionário efetuado.

Como a visualização gráfica mostra, a estrutura familiar dos respondentes é quase um espelho da atual situação que atinge a sociedade em que vivemos.

O estado civil dos respondentes é revelador das estruturas familiares existentes na cidade de Bragança, e pode estar comumente ligado à pobreza.

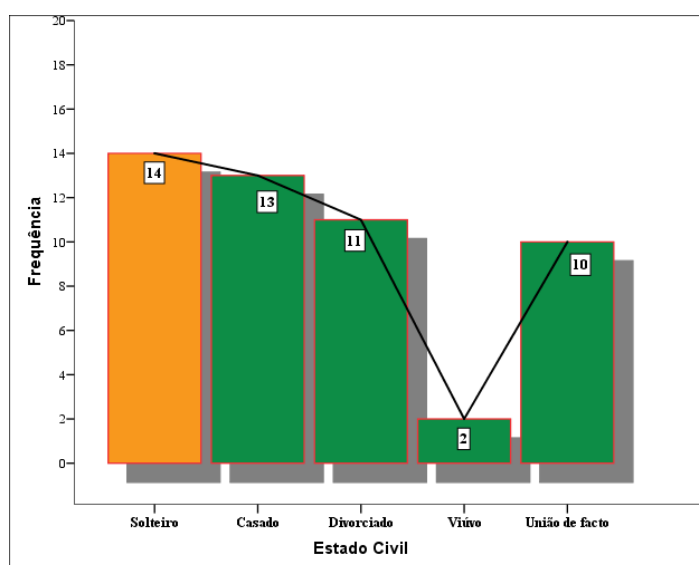


Figura 2 - Estado civil

De facto, 14 sujeitos são solteiros (28%), 13 são casados (26%), há um número significativo de divorciados (11, ou seja 22%), poucos respondentes no estado de viúvo (2, isto é 4%) e, também notório, é o número (10) de uniões de facto (20%). Aliás, a linha de interpolação marca as diferentes situações, fazendo incidir a fratura da amostra no estado de viuvez.

Quanto aos níveis de escolaridade, é reveladora a superioridade dos níveis mais baixos de escolarização (o Ensino Básico reúne 70%) dos questionados, ainda que na amostra se registem também 3 licenciados. Veja-se a tabela que se segue:

Tabela IV - Níveis de escolaridade

Escolaridade		Frequência	%	%válida	% acumulada
Níveis	1.º Ciclo	24	48,0	48,0	48,0
	2.º Ciclo	6	12,0	12,0	60,0
	3.º Ciclo	5	10,0	10,0	70,0
	Ensino Secundário	7	14,0	14,0	84,0
	Licenciatura	3	6,0	6,0	90,0
	Outra	5	10,0	10,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

Passando a analisar o número de elementos do agregado familiar, tabela V, verifica-se que o número mais representativo é o de 3 elementos na família de 18 respondentes, constituindo 36% da amostra. São também notórias as referências a 2 e a 1 elementos, respetivamente por 15 e 9 respondentes. Não se registam posições com seis elementos, mas há três respondentes que indicam ter um agregado familiar de “mais que seis”. Nota-se um indício nítido de que as famílias estão a constituir-se com cada vez menos membros familiares.

Tabela V - N.º de elementos do agregado familiar

Agregado Familiar		Frequência	%	% válida	% Acumulada
N.º de Elementos	Um	9	18,0	18,0	18,0
	Dois	15	30,0	30,0	48,0
	Três	18	36,0	36,0	84,0
	Quatro	3	6,0	6,0	90,0
	Cinco	2	4,0	4,0	94,0
	Mais que seis	3	6,0	6,0	100,0
	Total	50	100,0	100,0	

A relação de parentesco do agregado familiar resulta clara da visualização gráfica que se segue.

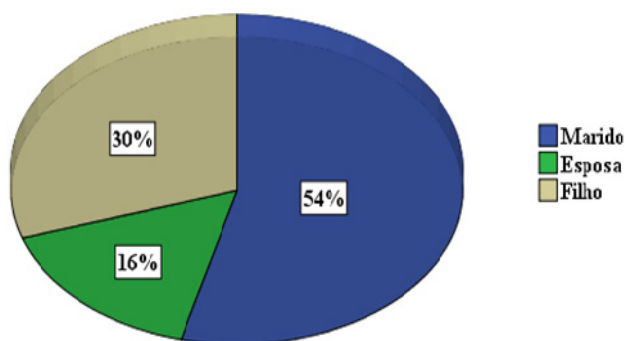


Figura 3 – Relação de parentesco do agregado familiar

Neste aspeto é importante chamar a atenção para esta realidade dos respondentes: o parentesco limita-se a pai, esposa e filho, verificando-se que, pelo desfasamento entre paternidade e maternidade, deverá haver agregados familiares, entre os respondentes, que se encontram em 2.º casamento ou 2.ª união de facto, vivendo maioritariamente a dois, uma vez que “filho” representa uma percentagem (30%) menor que a metade dos questionados, para não se aludir na ausência de “netos” ou “outros” que não foram indicados.

Quanto à idade do agregado familiar, veja-se a sua distribuição, com destaque, no testemunho dos respondentes, para os adolescentes-jovens (11 a 19 anos) e os mais idosos (51 a 60 ou mais) nas suas famílias:

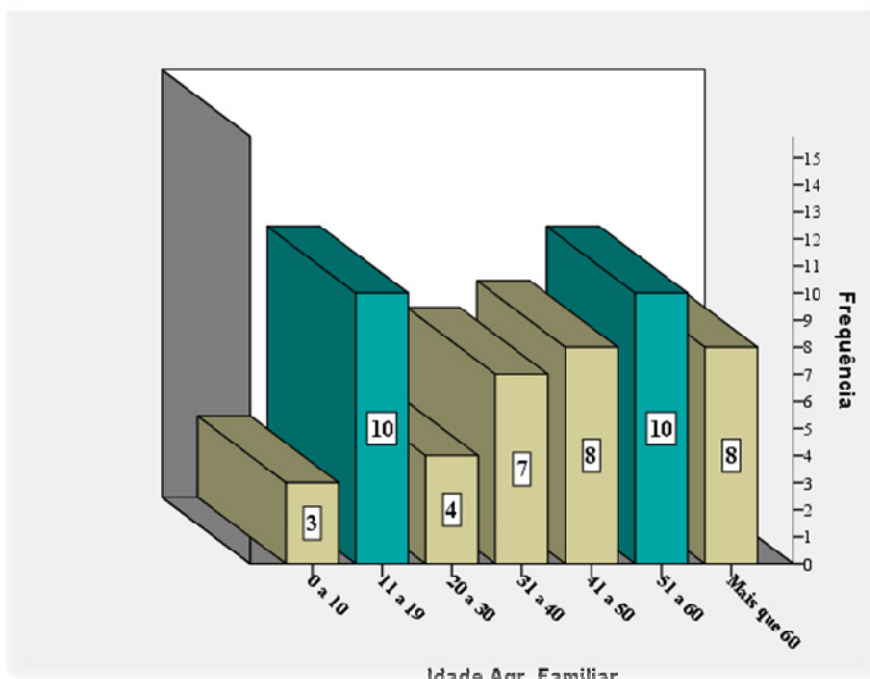


Figura 4 - Idade dos elementos do agregado familiar

Na composição do agregado familiar dos respondentes, há poucas crianças (0 a 10 anos) e o mesmo se verifica quanto a adultos ativos jovens (20 a 30 anos).

Um sintomático reflexo da sociedade de hoje (baixa natalidade e possível emigração jovem).

No referente à profissão dos elementos do agregado familiar, fez-se, por razões de conversão de uma variável alfabética (string) em numérica e seu conseqüente tratamento, a atribuição de profissão sempre ao elemento mais destacado do agregado familiar, evitando, assim, colisão de “profissões” no mesmo agregado e proporcionando, desta forma, uma comparação entre os registos dos respondentes. Assim, pode observar-se, pelo gráfico respetivo, que há um “faz-tudo” (25) que realiza várias tarefas familiares, mas nenhuma delas com estatuto de profissão definida. Por sua vez, é indicada 11 vezes a profissão de estudante e a de construção civil (7) como mais relevantes nos agregados familiares dos respondentes, previsivelmente porque as faixas

etárias (de 11-19 e 31...50) ainda permanecem em casa, dedicando-se ao estudo ou a trabalhos de construção precária.

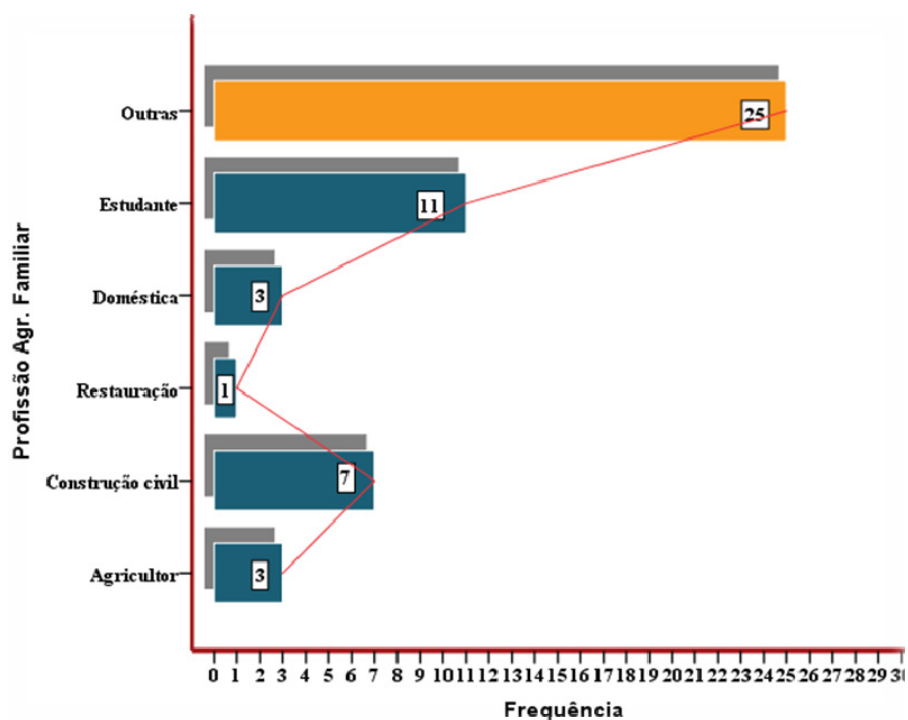


Figura 5- Profissão no agregado familiar

Segundo as percepções da amostra, a restauração não será hoje muito apetecível, como a linha de interpolação realça pela fratura evidente, muito próxima da agricultura e dos trabalhos domésticos.

No intuito de perceber donde procedem os rendimentos dos indivíduos constituintes da amostra, procedeu-se à recolha de tais dados.

Como pode verificar-se, o “trabalho”, a “reforma” e o “rendimento social de inserção” (RSI) constituem a maioria absoluta das posições dos respondentes, ou seja, de 26 dos 50 sujeitos, cuja percentagem conjunta atinge 52%. Já em menor evidência ficam as fontes de rendimentos “a cargo da família” e “outra”, esta não tipificada. O “subsídio

temporário” nunca foi indicado como fonte de rendimentos, omissão que poderia levantar algumas questões sociais, mas que transcendem o âmbito do presente estudo.

Tabela VI - Principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses

Estatísticas da variável (item)	Fontes de rendimentos									
	Trabalho	Reforma	Subsídio de desemprego	Subsídio acidente de trabalho ou doença profissional	Rendimento Social de Inserção	Rendimento por conta própria	Pensão Invalidez	A cargo da família	Outra	Total
- Frequência	7	10	4	3	9	3	3	5	6	50
- %	14,0	20,0	8,0	6,0	18,0	6,0	6,0	10,0	12,0	100,0
- % válida	14,0	20,0	8,0	6,0	18,0	6,0	6,0	10,0	12,0	100,0
- % acumulada	14,0	34,0	42,0	48,0	66,0	72,0	78,0	88,0	100,0	

Se se atentar no nível de rendimentos mensais do agregado familiar, as respostas ao item respetivo são elucidativas, como se pode observar pela sua visualização gráfica junta:

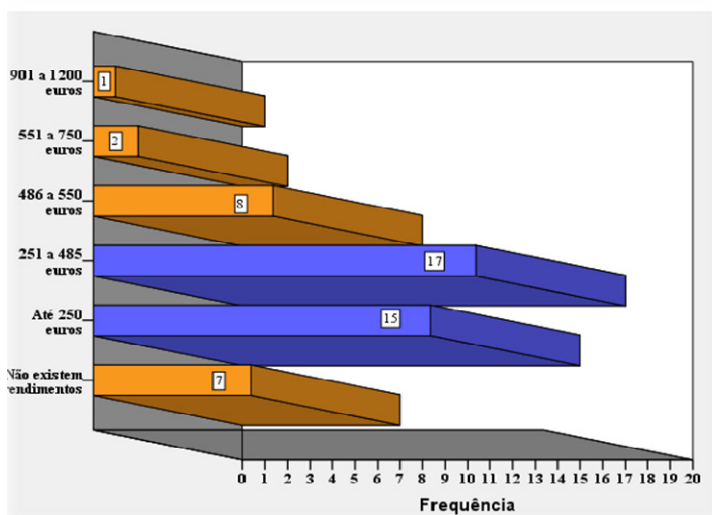


Figura 6 - Nível de rendimentos mensais do agregado familiar

Entre os 250 e os 485 € situam-se 32 dos respondentes. Mas não deverá omitir-se que há uma franja de sujeitos sem qualquer tipo de rendimento (7), notando-se

apenas 1 respondente com um nível de rendimentos entre os 901 e 1200 €. A maioria desta amostra vive sem rendimentos ou abaixo do salário mínimo nacional (485 €, Setembro de 2012).

Os níveis de rendimentos verificados é absolutamente revelador da necessidade que leva os indivíduos/grupos a procuram a ajuda da Associação Entre Famílias, podendo considerar-se esta variável como um eixo fundamental neste estudo, pois a condição económica está intimamente ligada com a pobreza.

Relativamente aos rendimentos mensais do agregado familiar destes respondentes face às suas despesas a resposta é sintomática, perfeitamente enquadrável no horizonte da “crise” atual. Veja-se a incidência fundamental das respostas através da tabela VII, a seguir registada:

Tabela VII - Relação rendimentos com despesas mensais do agregado familiar

Rendimentos		Frequência	%	% válida	% acumulada
Níveis	- Rendimentos superiores às despesas	3	6,0	6,0	6,0
	- Rendimentos inferiores às despesas	42	84,0	84,0	90,0
	- Rendimentos suficientes face às despesas	5	10,0	10,0	100,0
Total		50	100,0	100,0	

Os números falam por si. Destes respondentes, 84% não têm rendimentos suficientes para sustentar as suas despesas, o que nos alerta para um fenómeno, quase generalizado, de uma população similar tender para um “endividamento familiar” preocupante.

Dos 50 respondentes quase todos são ou não apoiados estes por instituições sociais. A prova é visível e sem margem para dúvidas. Apenas um sujeito da amostra não recebe apoio social/institucional.

Tabela VIII - Apoio por instituições particulares de solidariedade social (IPSS)

Apoio por ISS	Sim	Frequência absoluta	49
		%	98,0
		% válida	98,0
	Não	% acumulada	98,0
		Frequência	1
		%	2,0
		% válida	2,0
	Total	% acumulada	100,0
		Frequência	50
		%	100,0
% válida		100,0	

Uma das mais significativas questões do presente estudo, reside em saber que tipo de apoio é dado a estes respondentes, quando acorrem às instituições sociais. Visivelmente, segundo a figura 7 que se junta, 13 pessoas recebem ajuda alimentar, enquanto 20 têm um apoio não tipificado, ou seja, disseminado por vários serviços (aconselhamento, atividades pedagógicas e ocupacionais, socialização, etc.). Há também um grupo de pessoas, 1/5 da amostra, que são orientadas na procura ativa de emprego, o que faz todo o sentido na presente situação social.

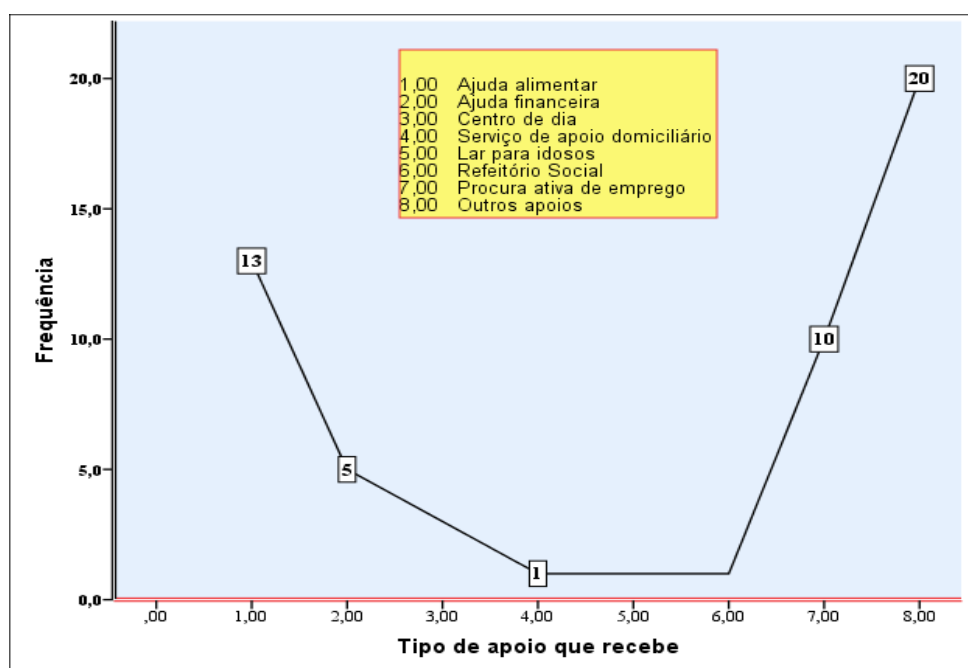


Figura 7- Tipo de apoio recebido

Regista-se um respondente beneficiado por “refeitório social”, cujo rótulo não é identificado pelo gráfico, uma vez que o programa de análise assumiu que rótulos iguais não se deverão repetir.

Neste sentido, pode verificar-se que na Associação Entre Famílias o tipo de resposta que esta efetivamente presta é a ajuda alimentar. Os outros apoios que são verificáveis poderão envolver as restantes respostas que esta instituição presta, salientando-se que nem todos os apoios descritos são prestados por esta Associação. Note-se que esta instituição apenas presta ajuda alimentar, apoio na procura de emprego e outras respostas não visíveis na figura 7, como é o caso dos ateliês pedagógicos, do apoio às grávidas e da disponibilização de roupas.

Se se analisar os motivos terão levado os respondentes a solicitar a ajuda de uma instituição de solidariedade social, segundo a disposição no gráfico que se segue, mas é imediatamente reconhecido o maior motivo de pedido de ajuda, que corresponde, aliás, ao sentir não só desta amostra, mas de uma população generalizadamente carenciada – “dificuldades financeiras”, indicada por 25 sujeitos, ou seja, 50% da amostra.

Em segunda posição de motivos de ajuda, aparece o desemprego, que atinge 6 respondentes.



Figura 8- Motivos de solicitação de ajuda institucional

O motivo problemas familiares, motivo que o Programa não registou por não repetição de rótulos, é evocado por 3 respondentes, ex-áqueo com inexistência de ajuda de familiares e despesas acima dos rendimentos.

Os motivos pelos quais os indivíduos ou grupos em situação de pobreza se dirigem à Associação Entre Famílias podem indicar a necessidade de novas respostas por parte desta, ou mesmo a necessidade da continuidade das repostas existentes.

A causa que é maioritariamente assinalada, “dificuldades financeiras”, e que leva os indivíduos ou grupos a solicitar ajuda, é um contorno visível da pobreza, e possível de indicar várias outras consequências que giram à sua volta.

A posição relativa ao tempo se mantém o tipo de apoio solicitado os respondentes que obtiveram a seguinte assistência:

Tabela IX- Tempo de dependência das ajudas da instituição social apoiante

	Valores da variável			Total
	Há menos de 1 ano	1 a 2 anos	Há mais de 3 anos	
Frequência	25	17	8	50
%	50,0	34,0	16,0	100,0
% válida	50,0	34,0	16,0	100,0
% acumulada	50,0	84,0	100,0	

Como se pode observar, 50% dos respondentes estão dependentes da ajuda institucional há menos de 1 ano, mas 17 deles já se encontram nesse estado entre 1 a 2 anos (34%). Casos há em que a ajuda institucional já se mantém desde há mais de 3 anos (quase 1/3 da amostra). No fundo, os sujeitos deste estudo têm tido, sob formas diversificadas (ver figura de tipo de apoio recebido), ligação a instituições, das quais, por períodos diferentes, têm recebido ajuda. E a onda, conforme observação do real quotidiano, está em crescimento indeterminado e/ou indeterminável.

Após esta parte inicial de apresentação e análise de dados, sob forma paralela ao registo de variáveis (itens) e em concordância com a sequência estabelecida no questionário desta pesquisa, e tendo enveredado, como no início da mesma se anotou, por uma dimensão descritivo-freqüencial, colocou-se o problema de uma possível inferência estatística, que incidisse sobre variáveis que se julgaram fulcrais neste estudo.

Dessa forma, situando-se a análise já numa dimensão inferencial, deter-se-á a mesma sobre determinados grupos de variáveis. Nuns, para determinar o possível cruzamento de diversos dados emergentes das respostas dos respondentes; noutros, para encontrar alguma correlação bilateral que possa aproximar-nos da consistência de posições daqueles.

Efetivamente, esta análise inferencial poderia ter assumido diferentes contornos e outras formas possíveis de cruzamentos, dado haver existência de várias variáveis importantes no estudo, contudo foram conjugadas algumas hipoteticamente importantes.

Veja-se como, num par de variáveis, que se julgam importantes no estudo, se cruza o estado civil com o nível de rendimentos mensais:

Tabela X - Estado civil vs Nível de rendimentos mensais do agregado familiar

Tabulação cruzada		I - Nível Rendimentos Mensais						Total
		Não existem rendimentos	Até 250 euros	251 a 485 euros	486 a 550 euros	551 a 750 euros	901 a 1200 euros	
I - Estado Civil	Solteiro	1	6	3	4	0	0	14
	Casado	0	3	6	2	2	0	13
	Divorciado	2	4	4	0	0	1	11
	Viúvo	0	1	1	0	0	0	2
	União de facto	4	1	3	2	0	0	10
Total		7	15	17	8	2	1	50

Como se pode verificar, os respondentes casados (14) encontram-se com rendimentos que abrangem todos os níveis, exceto o mais elevado (901 a 1200); já os

divorciados (11) se encontram sem enquadramento em dois dos níveis, com a agravante de 2 divorciados não terem rendimentos alguns; a situação de união de facto (10) mostra que 4 sujeitos (quase metade) não têm rendimentos e 6 deles se situam nos três níveis mais baixos de rendimentos.

Poder-se-á perguntar se o estado civil determina o nível de rendimentos ou vice-versa. As medidas de correlação simétrica não atestam tal determinação, pelo que o resultado se deve a movimentos extra-deterministas, espontâneos, devidos ao acaso. Quer o R de Pearson, quer a correlação de Spearman, coincidentes (-,173), não vão no sentido de comprovarem tal relação.

Medidas Simétricas	Coefficiente
R de Pearson	-,173
Correlação Spearman	-,173
Nº de Casos Válidos	50

Veja-se o cruzamento entre duas outras variáveis (idade vs motivos de solicitação de ajuda de instituição social), consideradas, como no caso anterior, basilares no contexto global do questionário do estudo, mas com uma força de correlação bem diferente. Praticamente todas as classes etárias estão ligadas às dificuldades financeiras, mas são as classes de 20 a 30 e 31 a 40 anos (esta sobretudo) que mais extensivamente as sentem, na perceção dos respondentes. Este fenómeno vem dar razão à procura, cada vez mais frequente e preocupante, das instituições sociais por parte das camadas mais jovens da população, facto quotidianamente comprovado por quem se move nos meios associativos. Aliás, as correlações de Spearman e de Pearson, dados os valores moderados, mas tendencialmente fortes (0,405 e 0,473), com que se expressam, vêm indiciar esta determinação etária na motivação de solicitação assistencial das instituições. Observe-se, na tabela seguinte, a crista de tal correlação:

Tabela XI - Idade vs Motivos de solicitação de ajuda de instituição social

Tabulação cruzada		I – Idade						Total
		20 a 30	31 a 40	41 a 50	51 a 60	61 a 70	81 a 90	
III - Motivo Solicitação Ajuda	Desemprego	2	3	1	0	0	0	6
	Dificuldades financeiras	8	9	3	1	4	0	25
	Despesas acima dos rendimentos	0	2	1	0	0	0	3
	Problemas familiares	0	1	1	0	1	0	3
	Problemas de saúde	0	0	1	1	0	0	2
	Falta de bens essenciais em casa	1	2	0	1	0	0	4
	Inexistência da ajuda de familiares	0	1	0	1	1	0	3
	Outro	0	1	0	0	1	2	4
Total	11	19	7	4	7	2	50	
		Medidas Simétricas						Coefficiente.
		R de Pearson						,473
		Correlação Spearman						,405
		N de Casos Válidos						50

Tentando, seguidamente, estabelecer uma relação entre o número de elementos do agregado familiar e o tempo de dependência da instituição social apoiante, inferimos que as medidas estatísticas só poderão ser de natureza direcional, uma vez que a primeira das variáveis não é numérica.

Porém, o coeficiente de incerteza, porque pouco significativo na dimensão simétrica (0,070) e na dependência de cada uma das variáveis (0,058 e 0,087), permite-nos inferir que, nas famílias de 1, 2 e 3 elementos presentes no agregado, o tempo de ajuda institucional, no seu conjunto, é maior e de sentido crescente; pelo contrário, em agregados familiares de 4, 5 e ≥ 6 elementos, o tempo de ajuda assistencial é menor. Na verdade, e na prática institucional comprova-se tal, esse sentido é óbvio, pois as

instituições, dadas as contingências de meios económicos, tendem a libertar-se de grupos solicitantes extensivos, preferindo grupos intensivos mas menores.

Tabela XII - N° de elementos do agregado familiar vs Tempo de dependência das ajudas da instituição social apoiante

Tabulação cruzada		III Tempo de dependência de uma Instituição			Total
		Há menos de 1 ano	1 a 2 anos	Há mais de 3 anos	
I-Agregado Familiar Elementos	Um	6	3	0	9
	Dois	8	3	4	15
	Três	8	7	3	18
	Quatro	1	1	1	3
	Cinco	1	1	0	2
	Mais que SEIS	1	2	0	3
Total		25	17	8	50
		Medidas Direcionais		Valor Coeficiente	
		Simétrico		,070	
Coeficiente de incerteza		I- Agregado Familiar Elemento Dependente		,058	
		III- Tempo Ajuda Instituição Dependente		,087	

No sentido de uma correlação entre variáveis, selecionaram-se duas julgadas mais significativas para a correta distribuição dos apoios institucionais, nomeadamente a Fonte de rendimento nos últimos 12 meses e o Tipo de apoio recebido das instituições. E o resultado é bem sintomático do que se passa nas instituições, procedimento quase sempre consequência das informações prestadas pelos clientes. Na verdade, não há uma correlação bivariável forte entre a fonte de rendimentos e o tipo de apoio institucional. Os valores visíveis na tabela, abaixo transcrita, atestam que a um nível de **significância** de 0,897, o valor da correlação de Pearson (0,019), ainda que positivo (o que explica

alguns casos de bom desempenho institucional), é demasiado baixo para inferirmos que nesta matéria haja boas práticas, evidentemente na ótica dos respondentes desta amostra, que, dadas as suas características de conveniência, não poderá extrapolar-se, em seus resultados, para uma generalização pessoal e institucional.

Tabela XIII - Correlação entre fonte de rendimentos e Tipo de apoio recebido

Correlações		II - Fonte Rendimentos	III - Tipo de Apoio
II - Fonte Rendimentos	Correlação de Pearson	1	,019
	Sig.		,897
	N	50	50
III -Tipo de Apoio	Correlação de Pearson	,019	1
	Sig.	,897	
	N	50	50

Todavia, é a percepção dos 50 sujeitos desta pesquisa, aquela a que a presente análise se atém, e o facto de não haver uma estrita ligação entre a fonte de rendimentos e o tipo de pedidos à Associação não significa, por exemplo, que os níveis de rendimentos não estejam diretamente ligados à necessidade de pedir auxílio.

Fez-se um percurso analítico, numa dimensão descritivo-frequencial, sobre o comportamento de todas as variáveis; numa dimensão inferencial, restringiu-se às variáveis que se julgam de maior relevo no questionário utilizado.

Há, porém, uma outra fonte de dados que poderá trazer alguma complementaridade ou corroboração parcial dos dados supra apresentados. Trata-se da análise de conteúdo da entrevista, análise cujos contornos se perfilam num processo de categorização, que, seguidamente, se regista.

2. Análise de conteúdo

Avançar-se-á, no entanto, que a referida análise de conteúdo, foi devidamente submetida aos critérios de concordância/discordância de dois juízes, em ordem ao apuramento do seu coeficiente de fiabilidade, procedimento em tudo semelhante àquele que foi utilizado para a consecução da fiabilidade do questionário. Resultou um coeficiente de fiabilidade de 91%, tendo que retificar e acrescentar mais duas categorias face à versão original (ver anexo 5).

A categorização efetuada teve por base as categorias grupos de pobreza, perceção da pobreza, pedidos de ajuda e respostas institucionais.

Relativamente à primeira categoria “grupos de pobreza”, verifica-se que na entrevista aplicada se encontraram três subcategorias miseráveis, desempregados e ilustrados. A referência ao estado dos desempregados foi obtida com 8 frequências, aos miseráveis apenas com 2 e obtidas 4 frequências relativas à classe dos ilustrados. Esta última é, de facto, curiosa num estudo que tem como eixo central a pobreza, e indica um grupo de pobreza emergente e recente, ainda pouco focada nos estudos sobre esta temática, e remete para o conceito de pobreza envergonhada ou nova pobreza.

Desta forma, o grupo de pobreza que se evidencia ser o mais predominante nas solicitações de apoio social é o grupo dos desempregados, o que aliás, é reforçado por um indicador que assinala que “estão sujeitos a muitas privações”. Este grupo apontado, é fonte de preocupação da Associação Entre Famílias visto ter uma dimensão considerável de pessoas nesta situação.

A segunda categoria constituiu-se como a “perceção da pobreza”, gerando duas subcategorias: causas da solicitação (6 frequências) e dificuldade na superação (3 frequências). Assim, os motivos que levam as pessoas a recorrer a ajuda de uma instituição são, segundo os indicadores, a falta de emprego e o designado “tombo

económico”. A dificuldade, que os indivíduos ou grupos têm em sair desta situação precária, são provavelmente causados pela solidão e a falta de retaguarda familiar.

A terceira categoria constitui-se como “pedidos de ajuda”, encontrando-se como subcategorias os pedidos de cariz assistencialista e de aconselhamento, curiosamente ambos com 6 frequências obtidas. Neste sentido, os pedidos de alimentos e roupas (assistencialismo), apoio psicológico e de orientação (aconselhamento) são dos indicadores que mais sobressaem. Através desta categoria são visíveis duas dimensões distintas de pedidos, pois se por um lado são solicitados apoios para satisfação de necessidades básicas, por outro é uma necessidade o acompanhamento e aconselhamento mediante cada problemática.

Finalmente, a quarta categoria diz respeito às “respostas institucionais”, onde foi possível encontrar as respostas atuais prestadas pela Associação, com 9 frequências, e a desadequação entre respostas necessárias e respostas prestadas.

As respostas que a instituição envolvida no estudo presta são: apoio alimentar, apoio em roupas, ateliês pedagógicos e ocupacionais (procurando a socialização das pessoas), apoio social/encaminhamento social, orientação e aconselhamento, inserção social e profissional, e apoio no combate à solidão dos idosos.

As respostas prestadas são visivelmente de natureza assistencialista e de natureza pedagógica e de aconselhamento, tal como se pode verificar através da tabela XIV. Neste sentido, se por um lado a Associação Entre Famílias tenta responder de forma direta à emergência social dos seus clientes, por outra também é visível uma preocupação por orientar, aconselhar e instruir estes solicitadores, para que de forma autónoma possam sair da sua situação de pobreza, e possam integrar-se no mercado de trabalho, ou numa rede de retaguarda social e comunitária.

Tabela XIV - Síntese da análise de conteúdo da entrevista

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo (UR) ("Indicadores")	Subcateg	Categ.
Grupos de pobreza	Miseráveis	"não têm eira, nem têm beira"	2	10
		Imigrantes: desde romenos, desde ucranianos, inclusivamente brasileiros		
	Desempregados	(...) ficaram sem vencimento e sem fonte de rendimentos	5	
		Estão sujeitos a muitas privações		
		Pessoas que tiveram uma vida normal		
		é preocupante esta classe de pessoas		
	Ilustrados	Pobreza envergonhada: pobreza seletiva, porque procede de camadas até ilustradas	3	
		Jovens licenciados desempregados		
		Como cidadãos com o seu vencimento, acabaram por perdê-lo		
Perceção da pobreza	Causas da solicitação	Tombo económico	4	6
		Estatuto económico bastante elevado e que agora desceu ao mais baixo nível		
		Falta de emprego		
		Sem fonte de rendimentos		
	Dificuldade de superação	Solidão	2	
		Falta de retaguarda familiar		
Pedido de ajuda	Assistencialismo	Ajuda alimentar, auxílio em géneros	6	11
		Pedido de roupas		
		Procura de emprego		
	Aconselhamento	Apoio psicológico	5	
		Encaminhamento social		
		São pessoas perturbadas		
		Precisam de conselhos para a própria vida		
		Combate ao isolamento social e solidão		
	Respostas Institucionais	Respostas atuais	Assistencialista em géneros alimentar e roupas	
Ateliês pedagógicos e ocupacionais, procurando a socialização das pessoas				
Apoio Social/Encaminhamento Social				
Orientação e Aconselhamento				
Inserção social e profissional				
Apoio no combate à solidão dos idosos				
Desadequação entre respostas necessárias e respostas prestadas		Os idosos ficam entregues a si próprios e à sua soldão em casa	3	
		Alojamento temporário para vítimas de violência/ exclusão/desalojamento		
		Aumento de atividades pedagógicas e ocupacionais porque a nova questão social se impõe		

Perante as respostas disponíveis foi apontado pelo entrevistado, representante da instituição, que haveria necessidade de novas respostas tais como ajuda no combate à solidão dos idosos, alojamento temporário para vítimas de exclusão social, e um centro de atividades ocupacionais para desempregados e pessoas em risco de perder as suas

competências pessoais e sociais, para que de certa forma, possam reabilitar as suas capacidades de trabalho e desenvolver a sua auto-estima.

Estas novas necessidades são apontadas, fruto da necessidade sentida diretamente pela própria Associação que quotidianamente se esforça por melhorar as respostas no domínio da pobreza e precariedade económico-social.

Capítulo IV- Reflexão sobre dos dados obtidos

O presente estudo ao pretender responder ao problema sobre se as instituições de solidariedade social teriam respostas de auxílio face às necessidades das pessoas ou grupos em situação de pobreza, estudando em concreto a Associação Entre Famílias-Bragança, obteve resultados claramente interessantes que podem contribuir para uma melhor perceção sobre esta temática, não podendo obviamente fazer-se uma extrapolação dos dados obtidos.

Igualmente as principais cristas de investigação efetuadas neste estudo vêm responder aos objetivos formulados para o efeito.

Em primeiro lugar, e em relação ao principal objetivo do presente trabalho, isto é, compreender quais os grupos de pobreza que recorrem à ajuda da Associação Entre Famílias de Bragança e as respostas que lhe são disponibilizadas, analisar-se-á primeiramente os tipo de indivíduos/grupos e seguidamente as respostas disponibilizadas, adotando para o efeito a triangulação técnica, pois é possível a convergência das duas fontes utilizadas: dados conseguidos pela análise estatística do questionário e dados obtidos pela análise de conteúdo da entrevista.

Atentando-se a análise dos grupos de pobreza, pode-se deduzir que são as mulheres que mais recorrem à ajuda da Associação Entre Famílias. Aparentemente, quer por estarem numa situação de pobreza e serem os membros do agregado familiar que mais se predispõem a modificar a sua situação, quer por serem, supostamente, as mais vulneráveis à pobreza, os números atestam este facto, 44 eram mulheres e apenas 6 homens é que solicitaram ajuda, o que remete para as asserções de Capucha (2004), quando refere que as famílias monoparentais, principalmente mulheres, estão mais sobrecarregadas e estão mais sujeitas à pobreza.

Através do estado civil da amostra, é possível verificar que a maioria é solteiro(s) (14) ou divorciado(s) (11), que pode ser revelador da monoparentalidade das famílias.

A recolha qualitativa suporta a conceção que Capucha (2004) apresenta. Os miseráveis, os desempregados e os ilustrados, categorias advindas do estudo empírico, encaixam-se admiravelmente na teoria do autor. Assim, os desempregados, deste estudo, farão parte do grupo denominado desqualificado, ideia que é ainda reforçada pelo estudo quantitativo que é revelador de habilitações literárias muito baixas dos respondentes, note-se que 24 dos respondentes apenas tem o 1º ciclo, ou seja, 48% do total da amostra, handicap que, aliás, figura no grupo dos desqualificados. A este respeito, Bruto da Costa (1998) também defende que a desqualificação pode ser considerada um indicador de pobreza, uma vez que o desemprego acarreta um corte nas relações económicas e sociais do indivíduo.

Não obstante, a categorização obtida sobre os grupos de pobreza, também é perfeitamente enquadrável na tipificação dos pobres que Paugam (2003) apresenta. Os frágeis que este autor define poderão ser os ilustrados do presente estudo. Note-se que Paugam (2003) referia que o grupo dos frágeis se caracterizava por sentimento de humilhação quando tinham de se dirigir a pedir ajuda às instituições sociais, e de igual forma o presente estudo qualitativo apresenta os ilustrados associados à pobreza envergonhada e à perda de estatuto económico. Os desempregados licenciados já são visíveis dentro do leque de indivíduos que acorrem às ajudas sociais.

Igualmente os marginais de Paugam (2003) foram encontrados na análise qualitativa, referenciados como miseráveis: pessoas que não “têm eira, nem têm beira”, contudo a frequência obtida (ver anexo 5) não é reveladora que este tipo de grupo acorra à ajuda da Associação Entre Famílias.

Analisando os níveis etários que ocorrem às ajudas sociais, o estudo aponta para uma faixa etária mais jovem, no que diz respeito aos pedidos que são feitos. As pessoas entre os 31 a 40 anos são aquelas que mais recorrem ao apoio social institucional, havendo uma correlação (Pearson é de 0,473 e a Spearman de 0,405), algo significativa, entre esta faixa etária e as dificuldades financeiras que apresentam. Esta faixa etária apresenta outros problemas que a leva a procurar a ajuda, tal como despesas acima dos rendimentos, falta de bens essenciais em casa e inexistência de retaguarda familiar, indicadores verificáveis na tabela XI. A par disso, também os idosos sentem necessidade de recorrer à ajuda social, pois 18% da amostra tem idades entre 61 a 90 anos, facto que permite a ligação à versão apresentada por Bruto da Costa (1998) e Capucha (2004) sobre os idosos como um dos grupos mais vulneráveis à pobreza e privação.

Ainda relativamente aos grupos de pobreza, é interessante referir que a classe imigrante está presente no estudo efetuado. Referida tanto no estudo qualitativo como no quantitativo, nota-se que é uma classe sujeita a privações, e são sobretudo imigrantes brasileiros que maioritariamente é identificada. A este respeito, veja-se o que Bruto da Costa (1998) expõe relativamente ao problema das minorias ético-culturais em Portugal.

No sentido de continuar analisar o objetivo principal do presente estudo, foi possível verificar que as respostas concedidas pela instituição estuda são: ajuda alimentar, ajuda em roupas, aconselhamento, apoio psicológico, atividades ocupacionais e de desenvolvimento pessoal. Contudo, as respostas disponibilizadas revelam-se insuficientes face às necessidades dos grupos que a procura, tal como é apontado pelo estudo qualitativo. Existem várias respostas necessárias para colmatar as necessidades atuais, como apoio à solidão dos idosos que vivem sozinhos em casa, alojamento temporário para vítimas de violência ou de exclusão, e um aumento de atividades

ocupacionais de enriquecimento pessoal, para que os indivíduos, principalmente desempregados, não fiquem sujeitos a uma desqualificação.

Atendendo ao objetivo específico que pretendia identificar os motivos que levam os indivíduos dirigirem-se à ajuda de uma instituição, é visível, no estudo quantitativo, que são as dificuldades financeiras e do desemprego que constituem as principais razões. A reforçar esta ideia, o estudo qualitativo revela que o tombo económico de algumas famílias, a falta de rendimentos (devido à falta de emprego) e a inexistência de uma fonte de rendimentos são as principais causas ou motivos que atiram os indivíduos ou grupos a solicitar ajuda social.

O nível de rendimentos, e uma vez que a maioria da amostra vive abaixo do salário mínimo nacional (485€), e o facto de os rendimentos serem inferiores às despesas determinam, possivelmente, as causas que os leva pedir ajuda, pois, o estado civil não influencia diretamente o motivo da procura da ajuda social, apresentando uma correlação muito baixa. Também a correlação obtida entre a fonte de rendimentos e o tipo de ajudas solicitado não é muito significativa. Através da fonte de rendimentos, apesar de distribuídas quase uniformemente, é possível verificar que esta provém essencialmente, da reforma e do rendimento social de inserção. Contudo, não é possível correlacionar de forma significativa que estes indivíduos que dependem destas fontes de rendimento se inclinam de forma linear para um determinado tipo de ajudas, facto que pode indicar que solicitam ajudas diversas e que apresentam, também, necessidades distintas.

Relativamente ao objetivo específico que pretendia registar os tipos de pedidos que eram feitos à Associação Entre Famílias, quer o estudo quantitativo como o qualitativo, revelou, por um lado, pedidos de cariz assistencialista e por outro uma vertente de aconselhamento. Nos pedidos assistencialistas, advindos pelo estudo

quantitativo, encontram-se a ajuda alimentar, a ajuda financeira. O estudo qualitativo, revela pedidos como a ajuda alimentar, o pedido de roupas e a ajuda na procura de emprego. A nível de aconselhamento o estudo quantitativo revela que são pedidos outros apoios, que incluem atividades ocupacionais (uma vez que neste tipo de atividades a preocupação fundamental é inserir e formar os indivíduos), e aconselhamento psicológico. Também o estudo qualitativo corrobora que o aconselhamento psicológico e encaminhamento social são os pedidos mais frequentes.

Desta forma, o facto de surgirem, na análise qualitativa, dois modelos distintos de pedidos (assistencialistas e de aconselhamento) vem reforçar a teoria de Paul Spicker, de 2007, apresentada por Bruto da Costa et al. (2008) em que os indivíduos têm necessidades materiais, necessidades económicas e de relações sociais.

Neste sentido, para poder ir de encontro ao objetivo específico que pretende compreender se a instituição interveniente no estudo apresenta respostas às necessidades sociais da população que a procura, pode dizer-se que para a satisfação de necessidades básicas, são prestadas respostas tais como a distribuição de alimentos e roupas, e ao nível de intervenção social nas situações que ocorrem é efetuado o encaminhamento social do indivíduo, é prestado aconselhamento psicológico, existe também a ajuda na procura ativa de emprego e são desenvolvidos semanalmente os ateliês pedagógicos, como forma de promover o desenvolvimento das competências pessoais e sociais dos indivíduos, através das atividades ocupacionais. Contudo, são apontadas novas necessidades sociais que exigiriam novas respostas sociais, tais como combate à solidão dos idosos que ainda estão em sua casa, um centro de alojamento temporário para vítimas de exclusão ou de desalojamento, e um aumento das atividades ocupacionais, como forma de permitir uma maior eficácia no desenvolvimento das competências relacionais e sociais dos indivíduos que integram ou possam vir a integrar este tipo de

intervenção, nomeadamente os desempregados ou pessoas sujeitas às mais diversas privações.

Deste modo, os dados obtidos permitem clarificar o estipulado pelo problema e pelos objetivos definidos para este estudo.

Considerações finais

No presente estudo efetuado, concretamente sobre a Associação Entre Famílias de Bragança, tentou-se responder ao problema colocado inicialmente sobre se instituições de solidariedade social teriam respostas de auxílio face às necessidades das pessoas ou grupos em situação de pobreza que as procuravam, e igualmente foram tidos em conta a consecução dos objetivos previamente definidos. Nesse sentido, verificou-se quais os indivíduos ou grupos, em situação de pobreza, que procuravam esta Associação e quais as respostas que a mesma lhe proporciona.

Uma das principais ilações que se pode tirar do presente estudo, é o facto de uma classe de pobreza recente, segundo a revisão conceptual de Paugam (2003), estar visível no grupo de pessoas que acorrem às ajudas institucionais em Bragança: os designados ilustrados. Esta categoria, advinda da investigação qualitativa, é uma classe de pessoas com antecedentes de um razoável/bom nível económico e estimada posição social e que passou a integrar a necessidade de auxílio social.

Os sem-abrigo, ex-toxicod dependentes e ex-alcoólicos, os designados marginais pela revisão conceptual, não são os que mais procuram o apoio social. Quer a nível qualitativo, quer quantitativo, este facto é visível através dos motivos da solicitação dos inquiridos e do tipo de ajudas solicitado. Contudo, este dado não se pode generalizar, pelas limitações óbvias do estudo.

O estudo também aponta para o facto de os desempregados serem das classes mais fustigadas pela necessidade de ajudas sociais, o que implica que estão fortemente sujeitos a situações de pobreza. De facto, e de acordo com o que o estudo aponta, os principais motivos que levam os indivíduos a recorrer à ajuda de uma instituição social são as dificuldades financeiras e o desemprego.

Um outro dado concludente é o facto de o tipo de ajudas solicitadas pelos inquiridos ter um cariz assistencialista, nomeadamente pedido de alimentos, de roupas e de outros bens considerados básicos, e de aconselhamento, em que os indivíduos procuram apoio psicológico, encaminhamento social e orientação, facto que corrobora as várias formas de pobreza apontadas pela revisão teórica efetuada.

Para atender a estes pedidos a Associação Entre Famílias tem respostas a nível das necessidades básicas, com distribuição de bens essenciais e primários e ao nível do aconselhamento, efetuando apoio psicológico, encaminhamento social e intervindo diretamente com os públicos desempregados e sem retaguarda familiar, através de atividades ocupacionais.

Apesar destas respostas, através do presente estudo, foram identificadas novas necessidades sociais às quais esta instituição não consegue dar resposta, nomeadamente respostas que vão de encontro ao combate da solidão mais idosos, que ainda residem no seu domicílio, também a necessidade de aumentar o tempo e o leque das atividades ocupacionais e pedagógicas, para públicos desempregados ou cingidos às dificuldades económicas e sociais, permitindo a sua integração e o desenvolvimento das suas competências pessoais e sociais, evitando assim sua a desqualificação. Foi também identificada a necessidade de existir um centro de alojamento temporário para vítimas do contexto económico e social, que eventualmente possam ficar desalojadas e sem retaguarda familiar.

Deste modo, foi possível definir quais os indivíduos/grupos que mais acorrem à ajuda da Associação Entre Famílias, quais as respostas que esta disponibiliza e foram, ainda, identificadas novas necessidades sociais que giram à volta destes grupos,

circunstância que leva a concluir que, de facto, podem ser necessárias novas respostas que satisfaçam as necessidades sentidas.

Embora tivessem sido apontados os tipos de grupos que ocorrem às ajudas sociais, as suas necessidades, as respostas existentes e, algumas respostas consideradas necessárias, não se pode fazer uma generalização dos resultados obtidos, dadas as limitações com que o presente estudo se depara. De facto, optou-se por uma amostra de conveniência de 50 indivíduos, e apenas se estudou a abrangência de uma instituição social em concreto. Além disso, o tema da pobreza é incontornavelmente complexo, podendo este estudo não abordar muitas das questões que estão de alguma forma relacionadas com esta problemática.

Contudo, em futuros estudos similares fica em aberto a possibilidade de explorar aprofundadamente o fenómeno dos novos grupos que ficam expostos a uma situação de pobreza, e também, face ao crescente aumento desta situação de vulnerabilidade, dada a conjuntura atual, aponta-se um possível estudo que realce a importância das instituições sociais no domínio desta temática.

Referências Bibliográficas

- Associação Entre Famílias-Bragança. (2009). *Estatutos*. (Ed.rev). Bragança.
- Associação Entre Famílias-Bragança. (2012). *Plano de ação de 2012*. Bragança.
- Bolívar, Antonio *et al.* (2001). *La investigación biográfico-narrativa en educación*. Madrid: Editorial la Muralla.
- Bruto da Costa, A. (1998). *Exclusões Sociais*. Coleção Fundação Mário Soares. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Bruto da Costa; A. Baptista, I. Perista; P. Carrilho, P. (2008). *Um olhar sobre a Pobreza – Vulnerabilidade e exclusão social no Portugal Contemporâneo*. 3.Edição. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Capucha, L. (2004). *Desafios da Pobreza*. Tese de Doutoramento na área de Sociologia. Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa.
- Capul, M & Lemay, M. (2003). *Da educação à Intervenção Social*. 1.º Volume. Coleção Educação e Trabalho Social. Porto: Porto Editora.
- Gunther, H. (2006). Pesquisa Qualitativa vs Pesquisa Quantitativa: Esta é a Questão Ética. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 22 (2), 201-210.
- Hespanha, P., Monteiro, A., Ferreira, A.C., Rodrigues, F., Nunes, M. H., Hespanha, M. J., Madeira, R., Hoven, R.V.D., Portugal, S. (2000). *Entre o Estado e o Mercado: As fragilidades das instituições de proteção social em Portugal*. Coimbra : Quarteto editora.

- Huberman, M. e Miles, Mathew B. (1991). *Analyse des Données Qualitatives. Recueil de Nouvelles Méthodes* (De Backer, C. & Lamongie, V., Trad). Bruxelles: De Boeck - Wesmael, S. A.
- Quintão, C. (2004). *Terceiro Sector – elementos para referência teórica e conceptual*. V Congresso Português de Sociologia realizado na Universidade do Minho, Braga.
- Mateus, M. (2001). *O estudo do Meio Social como Processo Educativo de Desenvolvimento Local*. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Vila Real.
- Paugam, S. (2003). *A Desqualificação Social. Ensaio sobre a nova pobreza*. Coleção Educação e Trabalho Social. Porto: Porto Editora.
- Rede Europeia Anti-Pobreza [EAPN]. (2012). *Indicadores sobre a pobreza-Dados europeus e nacionais*. Acedido a 27 de Setembro de 2012, em: http://www.eapn.pt/documentos_visualizar.php?ID=42
- Rodrigues, E., Samagaio, F., Ferreira, H., Mendes, M., Januário, S., (1999). A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal. *Competitividade e Exclusão Social: as áreas metropolitanas de Lisboa e Porto*. Instituto de Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto. pp. 63-101.
- Sousa, S. (2011). *Instituições Particulares de Solidariedade Social num contexto de crise económica*. Porto: Confederação Nacional das Instituições Sociais.

ANEXO I - Solicitação de autorização à instituição para elaboração do estudo

Ex. mo Senhor Presidente da Associação *Entre Famílias* - Bragança

Venho, pelo presente meio, solicitar a V.^a Ex.^a a possibilidade de realizar um estudo de natureza empírica sobre a V/ Associação, a fim de levar a efeito uma investigação científica sobre a tipologia dos clientes da mesma e das respostas sociais que lhes são disponibilizadas, cujos dados apenas servirão para ser tratados no âmbito de uma dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Educação Social, intitulada *Respostas das instituições sociais face às necessidades dos grupos de pobreza*, a ser posteriormente apresentada na Escola Superior de Educação de Bragança – Instituto Politécnico de Bragança, em meados de Novembro do presente ano.

Sabendo da atuação da V/ Associação no campo da Pobreza e Exclusão Social na cidade de Bragança, muito me honraria que viabilizasse a presente solicitação.

Bragança, 17 de Setembro de 2012

Liliana Gonçalves dos Santos



Bragança, 19 de Setembro de 2012

Relativamente à solicitação endereçada à Associação Entre Famílias – Bragança, e na qualidade de Presidente da Direção da mesma, é com muito gosto que lhe transmito a aceitação do seu pedido.

Verificando a pertinência do tema que se propõe tratar, de maior força se reveste a nossa resposta favorável, aproveitando o momento para lhe desejar um ótimo sucesso na sua investigação.

Sempre ao dispor,

O Presidente da Direção da Entre Famílias – Bragança

Francisco Cordeiro Alves, Prof. Dr.

ANEXO 2 – Questionário (versão final)

Este questionário destina-se à recolha de informações para a realização de um estudo sobre *o tipo de pessoas que procuram as Instituições Sociais em Bragança e o tipo de situações que motivam essa procura*.

Pedimos, assim, a sua colaboração e agradecemos a sua disponibilidade, garantindo o anonimato e sigilo dos dados obtidos. O tratamento dos dados será apenas utilizado para fins da concretização de uma tese de Mestrado em Educação Social, no IPB, Escola Superior de Educação de Bragança.

Desde já, obrigada pela sua cooperação.

I Caracterização sociodemográfica do inquirido.

Assinale, com um X, a opção ou opções que considere mais corretas:

1. Sexo

Masculino Feminino

2. Idade: 20 a 30 31 a 40 41 a 50 51 a 60 61 a 70 71 a 80 81 a 90

3. Nacionalidade

Portuguesa	<input type="checkbox"/>	Brasileira	<input type="checkbox"/>	Outra: _____	<input type="checkbox"/>
Cabo Verdiana	<input type="checkbox"/>	São-tomense	<input type="checkbox"/>		
Ucraniana	<input type="checkbox"/>	Romena	<input type="checkbox"/>		

4. Estado Civil

Solteiro (a)	<input type="checkbox"/>	Divorciado (a)	<input type="checkbox"/>	União de facto	<input type="checkbox"/>
Casado (a)	<input type="checkbox"/>	Viúvo (a)	<input type="checkbox"/>		

5. Escolaridade

1º Ciclo (4º Ano)	<input type="checkbox"/>	Ensino Secundário (12º Ano)	<input type="checkbox"/>
2º Ciclo (6º Ano)	<input type="checkbox"/>	Licenciatura	<input type="checkbox"/>
3º Ciclo (9º Ano)	<input type="checkbox"/>	Outra: _____	<input type="checkbox"/>

6. Composição do Agregado Familiar

Nº de elementos	Parentesco	Idade	Profissão
1			
2			
3			
4			
5			

II

Caraterização socioeconómica do inquirido e seu agregado familiar

Assinale, com um X, a opção ou opções que considere mais corretas.

1. Qual foi a sua principal fonte de rendimento nos últimos 12 meses?

Trabalho Qual: _____	
Reforma	
Subsídio de desemprego	
Subsídio por acidente de trabalho ou doença profissional	
Rendimento Social de Inserção	

Outro Subsídio temporário (doença, maternidade, etc.)	
Rendimento por conta própria	
Pensão Invalidez	
A cargo da família	
Outra: _____	

2. Nível de rendimentos mensais do seu agregado familiar.

Não existem rendimentos	
Até 250 euros	
251 a 485 euros	
486 a 550 euros	

551 a 750 euros	
751 a 900 euros	
901 a 1200 euros	
Mais de 1200 euros	

3. Qual a relação dos seus rendimentos mensais com despesas mensais do seu agregado familiar.

Os rendimentos são superiores às despesas	
Os rendimentos são inferiores às despesas	
Os rendimentos são suficientes face às despesas	

III**Dados de opinião do inquirido**

Assinale, com um X, a opção ou opções que considere mais corretas.

1. É apoiado (a) por instituições de solidariedade social?

Sim	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------

Não	<input type="checkbox"/>
-----	--------------------------

Se respondeu “não”, terminou o questionário.

2. Se respondeu sim à questão anterior, especifique o tipo de apoio que recebe.

Ajuda alimentar	<input type="checkbox"/>
Ajuda financeira	<input type="checkbox"/>
Centro de dia	<input type="checkbox"/>
Serviços de apoio domiciliário	<input type="checkbox"/>

Lar para idosos	<input type="checkbox"/>
Refeitório Social	<input type="checkbox"/>
Procura ativa de emprego	<input type="checkbox"/>
Outros apoios: _____	<input type="checkbox"/>

3. Qual ou quais o(s) motivo(s) que o(a) levou/levaram a solicitar a ajuda de uma Instituição Social?

Desemprego	<input type="checkbox"/>
Dificuldades financeiras	<input type="checkbox"/>
Despesas acima dos rendimentos	<input type="checkbox"/>
Problemas familiares	<input type="checkbox"/>

Problemas de saúde	<input type="checkbox"/>
Falta de bens essenciais em casa	<input type="checkbox"/>
Inexistência da ajuda de familiares	<input type="checkbox"/>
Outro: _____	<input type="checkbox"/>

4. Há quanto tempo depende das ajudas da instituição social que lhe presta apoio?

Há menos de 1 ano	<input type="checkbox"/>
1 a 2 anos	<input type="checkbox"/>
Há mais de 3 anos	<input type="checkbox"/>

Mais uma vez, obrigada pela sua colaboração!

A Responsável pelo Estudo – Mestranda em Educação Social, IPB, E S E Bragança

ANEXO 4 - Relatório Sumário de Casos (Sujeitos) - Comportamento geral das variáveis (Itens do questionário)^a

Casos	ISexo	IDade	INacionalidade	IEstadCivil	IEscolaridade	IAgregFamElem	IAgregFamParent	IAgregFamKidad	IAgregFamProf	IIFontRend	IINivelRendMens	IIRelRendDespMens	IIIApoioISS	IIITipoApoio	IIIMotivSolicAjuda	IIITempAjudInst
1	Feminino	31 a 40	Brasileira	Casado	1.º Ciclo	Dois	Marido	31 a 40	Outras	Subsídio de desemprego	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Não	Outros apoios	Outro	Há mais de 3 anos
2	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Casado	1.º Ciclo	Três	Marido	41 a 50	Construção civil	Trabalho	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Despesas acima dos rendimentos	Há mais de 3 anos
3	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Divorciado	1.º Ciclo	Três	Filho	11 a 19	Estudante	Pensão Invalidez	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda financeira	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
4	Feminino	20 a 30	Portuguesa	União de facto	3.º Ciclo	Dois	Marido	31 a 40	Outras	Outra	Não existem rendimentos	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	Há mais de 3 anos
5	Masculino	61 a 70	Portuguesa	Casado	1.º Ciclo	Dois	Esposa	51 a 60	Construção civil	Reforma	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda financeira	Dificuldades financeiras	Há mais de 3 anos
6	Feminino	41 a 50	Portuguesa	Casado	1.º Ciclo	Dois	Marido	51 a 60	Outras	Reforma	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
7	Feminino	61 a 70	Portuguesa	Casado	Outra	Dois	Marido	51 a 60	Construção civil	Trabalho	551 a 750 euros	Rendimentos suficientes face às despesas	Sim	Outros apoios	Problemas familiares	Há menos de 1 ano
8	Feminino	31 a 40	Outra	Divorciado	Ensino Secundário	Dois	Filho	11 a 19	Estudante	A cargo da família	Não existem rendimentos	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Falta de bens essenciais em casa	Há menos de 1 ano
9	Feminino	61 a 70	Portuguesa	Viúvo	Outra	Dois	Filho	20 a 30	Outras	Pensão Invalidez	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Inexistência da ajuda de familiares	Há mais de 3 anos
10	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Casado	Licenciatura	Três	Marido	41 a 50	Restauração	Trabalho	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
11	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Casado	2.º Ciclo	Quatro	Marido	41 a 50	Outras	Subsídio de desemprego	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Desemprego	1 a 2 anos
12	Masculino	61 a 70	Portuguesa	Divorciado	2.º Ciclo	Um	Marido	Mais que 60	Outras	A cargo da família	Não existem rendimentos	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda financeira	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
13	Feminino	31 a 40	Portuguesa	União de facto	1.º Ciclo	Três	Marido	31 a 40	Outras	Subsídio de desemprego	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Desemprego	Há mais de 3 anos
14	Feminino	41 a 50	Portuguesa	Casado	Outra	Três	Marido	51 a 60	Outras	Reforma	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Despesas acima dos rendimentos	1 a 2 anos
15	Feminino	31 a 40	Portuguesa	União de facto	1.º Ciclo	Cinco	Filho	11 a 19	Estudante	Rendimento Social de Inserção	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
16	Feminino	20 a 30	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	Três	Filho	11 a 19	Estudante	Rendimento Social de Inserção	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
17	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Divorciado	1.º Ciclo	Três	Marido	Mais que 60	Outras	Reforma	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
18	Masculino	51 a 60	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	Um	Marido	51 a 60	Agricultor	Rendimento por conta própria	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Refeitório Social	Falta de bens essenciais em casa	1 a 2 anos
19	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Divorciado	2.º Ciclo	Cinco	Esposa	Mais que 60	Outras	Reforma	Até 250 euros	Rendimentos suficientes face às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
20	Feminino	20 a 30	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	8	Marido	41 a 50	Outras	Rendimento Social de Inserção	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Desemprego	1 a 2 anos
21	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Divorciado	1.º Ciclo	Três	Filho	11 a 19	Estudante	Trabalho	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
22	Feminino	41 a 50	Portuguesa	Casado	1.º Ciclo	Três	Marido	51 a 60	Agricultor	Rendimento por conta própria	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
23	Feminino	31 a 40	Portuguesa	União de facto	3.º Ciclo	Três	Marido	31 a 40	Outras	Outra	Não existem rendimentos	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
24	Feminino	41 a 50	Portuguesa	Divorciado	1.º Ciclo	Quatro	Filho	11 a 19	Estudante	Subsídio acidente de trabalho ou doença profissional	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Dificuldades financeiras	Há mais de 3 anos
25	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Divorciado	1.º Ciclo	Três	Filho	11 a 19	Estudante	Subsídio acidente de trabalho ou doença profissional	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda financeira	Inexistência da ajuda de familiares	1 a 2 anos
26	Feminino	31 a 40	Portuguesa	União de facto	Outra	Três	Marido	41 a 50	Outras	Outra	Não existem rendimentos	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda financeira	Problemas familiares	Há menos de 1 ano
27	Feminino	41 a 50	Portuguesa	Casado	1.º Ciclo	Três	Marido	51 a 60	Construção civil	Subsídio acidente de trabalho ou doença profissional	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Serviço de apoio domiciliário	Problemas de saúde	Há mais de 3 anos
28	Feminino	20 a 30	Portuguesa	Solteiro	2.º Ciclo	Mais que seis	Marido	41 a 50	Outras	Rendimento Social de Inserção	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
29	Feminino	20 a 30	Portuguesa	Solteiro	3.º Ciclo	Mais que seis	Marido	51 a 60	Outras	Rendimento Social de Inserção	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Falta de bens essenciais em casa	Há menos de 1 ano

30	Feminino	20 a 30	Brasileira	União de facto	3.º Ciclo	Três	Marido	31 a 40	Agricultor	Rendimento por conta própria	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
31	Feminino	41 a 50	Brasileira	União de facto	2.º Ciclo	Dois	Marido	31 a 40	Outras	Outra	Não existem rendimentos	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Problemas familiares	Há menos de 1 ano
32	Feminino	31 a 40	Brasileira	Solteiro	Ensino Secundário	Um	Esposa	31 a 40	Doméstica	Rendimento Social de Inserção	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
33	Feminino	31 a 40	Ucraniana	Solteiro	Ensino Secundário	Dois	Filho	0 a 10	Outras	Trabalho	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
34	Feminino	20 a 30	São-tomense	União de facto	Licenciatura	Dois	Marido	20 a 30	Construção civil	Trabalho	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
35	Feminino	20 a 30	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	Dois	Filho	0 a 10	Outras	Rendimento Social de Inserção	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
36	Feminino	20 a 30	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	Três	Marido	20 a 30	Outras	Outra	Até 250 euros	Rendimentos suficientes face às despesas	Sim	Outros apoios	Desemprego	Há menos de 1 ano
37	Feminino	81 a 90	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	Um	Esposa	Mais que 60	Outras	Reforma	251 a 485 euros	Rendimentos suficientes face às despesas	Sim	Outros apoios	Outro	Há menos de 1 ano
38	Feminino	61 a 70	Portuguesa	Divorciado	Outra	Um	Esposa	Mais que 60	Outras	Reforma	901 a 1200 euros	Rendimentos suficientes face às despesas	Sim	Outros apoios	Outro	Há menos de 1 ano
39	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Casado	Ensino Secundário	Quatro	Filho	11 a 19	Estudante	A cargo da família	551 a 750 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Desemprego	Há menos de 1 ano
40	Feminino	41 a 50	Portuguesa	Divorciado	Ensino Secundário	Um	Esposa	41 a 50	Doméstica	Subsídio de desemprego	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Desemprego	Há menos de 1 ano
41	Feminino	51 a 60	Portuguesa	União de facto	Ensino Secundário	Três	Filho	20 a 30	Estudante	Rendimento Social de Inserção	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Inexistência da ajuda de familiares	1 a 2 anos
42	Feminino	51 a 60	Portuguesa	Casado	3.º Ciclo	Três	Marido	51 a 60	Construção civil	Trabalho	486 a 550 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
43	Feminino	20 a 30	Brasileira	Solteiro	Ensino Secundário	Três	Filho	11 a 19	Estudante	Outra	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
44	Feminino	20 a 30	São-tomense	Solteiro	Licenciatura	Dois	Filho	0 a 10	Outras	A cargo da família	Até 250 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Procura ativa de emprego	Dificuldades financeiras	Há menos de 1 ano
45	Masculino	61 a 70	Portuguesa	Casado	1.º Ciclo	Dois	Esposa	51 a 60	Doméstica	Reforma	251 a 485 euros	Rendimentos superiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
46	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	Dois	Filho	11 a 19	Estudante	A cargo da família	Não existem rendimentos	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Despesas acima dos rendimentos	1 a 2 anos
47	Feminino	31 a 40	Portuguesa	Solteiro	1.º Ciclo	Um	Esposa	41 a 50	Outras	Pensão Invalidez	Até 250 euros	Rendimentos superiores às despesas	Sim	Outros apoios	Falta de bens essenciais em casa	Há menos de 1 ano
48	Feminino	51 a 60	Brasileira	União de facto	2.º Ciclo	Dois	Marido	Mais que 60	Construção civil	Rendimento Social de Inserção	Até 250 euros	Rendimentos superiores às despesas	Sim	Outros apoios	Problemas de saúde	1 a 2 anos
49	Masculino	61 a 70	Portuguesa	Divorciado	1.º Ciclo	Um	Marido	Mais que 60	Outras	Reforma	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Ajuda alimentar	Dificuldades financeiras	1 a 2 anos
50	Masculino	81 a 90	Portuguesa	Viúvo	1.º Ciclo	Um	Marido	Mais que 60	Outras	Reforma	251 a 485 euros	Rendimentos inferiores às despesas	Sim	Outros apoios	Outro	Há menos de 1 ano
	N	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50	50
Total	Média	1,8800	2,70	1,6800	2,6200	2,48	-----	-----	-----	-----	4,9200	2,7400	2,0400	1,0200	5,2600	3,2800
	Soma	94,00	135	84,00	131,00	124	-----	-----	-----	-----	246,00	137,00	102,00	51,00	263,00	164,00
	Desvio padrão	,32826	1,581	1,44900	1,45532	1,764	-----	-----	-----	-----	3,16124	1,20898	,40204	,14142	3,10240	2,21350

Report Global

a. Limitado aos primeiros 50 casos.

ANEXO 5 - ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS ENTREVISTAS

Categorias	Subcategorias	Unidades de registo (UR) ("Indicadores")	Ent	UR	Subcateg	Categ.
			1 ¹			
Grupos de pobreza	Miseráveis	"não têm eira, nem têm beira"	1	1	2	10
		Imigrantes: desde romenos, desde ucranianos, inclusivamente brasileiros [sem nada]	1	1		
	Desempregados	(...) ficaram sem vencimento e sem fonte de rendimentos	1	1	5	
		[Desempregados] estão sujeitos a muitas privações	2	2		
		Pessoas que tiveram uma vida normal	1	1		
		É preocupante esta classe de pessoas [desempregadas]	1	1		
	Ilustrados	Pobreza envergonhada: pobreza seletiva, porque procede de camadas até ilustradas	1	1	3	
		Jovens licenciados desempregados	1	1		
		Como cidadãos com o seu vencimento, acabaram por perdê-lo	1	1		
Perceção da pobreza	Causas da solicitação	Tombo económico	1	1	4	6
		Estatuto económico bastante elevado e que agora desceu ao mais baixo nível	1	1		
		Falta de emprego	1	1		
		Sem fonte de rendimentos	1	1		
	Dificuldade de superação	Solidão	1	1	2	
		Falta de retaguarda familiar	1	1		
Pedido de ajuda	Assistencialismo	Ajuda alimentar, auxílio em géneros	2	2	6	11
		Pedido de Roupas	1	1		
		Procura de emprego	1	1		
	Aconselhamento	Apoio psicológico	1	1	5	
		Encaminhamento social	1	1		
		São pessoas perturbadas	1	1		
		Precisam de conselhos para a própria vida	1	1		
		Combate ao isolamento social e solidão	1	1		
Respostas Institucionais	Respostas atuais	Assitencialista em géneros alimentar e roupas	1	1		
		Ateliês pedagógicos e ocupacionais, procurando a socialização das pessoas	1	1		
		Apoio Social/Encaminhamento Social	1	1		
		Orientação e Aconselhamento	2	2		

¹ Entrevistado

	Inserção social e profissional	1	1		
	Apoio no combate à solidão dos idosos	1	1	7	
Desadequação entre respostas necessárias e respostas prestadas	Os idosos ficam entregues a si próprios e à sua solidão em casa	1	1		
	Alojamento temporário para vítimas de violência/ exclusão/desalojamento	1	1		
	Aumento de atividades pedagógicas ocupacionais porque a questão social se impõe	1	1	3	10

Nota: da ponderação efetuada através do método de juízes (2 juízes de áreas do conhecimento diferentes), resultou o seguinte

Coefficiente de fiabilidade:

$$CF = \frac{NA}{NA + ND} = \frac{41}{41 + 4} = 0,91 \quad (\text{ou seja, } 91\% \text{ de fiabilidade, quando bastariam } 70\%)$$